

ALIANÇA

ANO 6 - N.º 44 - MAIO 1981 — PREÇO 30\$00

CGTP-IN

**DIA
MUNDIAL
DOS
TRABALHADORES**

**1.
DE
MAIO**

UNIDOS NA MESMA LUTA

Entrevista com
**M. LURDES
PINTASILGO**

5 revistas diferentes para conhecer melhor a União Soviética



A União Soviética e a sua vida através da estrutura do seu povo e da sua tradição.

UNIÃO SOVIÉTICA
diferentes aspectos da vida na URSS.

MULHER SOVIÉTICA
os costumes, os interesses e o estilo de vida da mulher na União Soviética.

REVISTA MILITAR SOVIÉTICA
as Forças Armadas Soviéticas na defesa da vida pacífica do seu povo.

TEMPOS NOVOS
semanário sobre o panorama da vida política soviética e internacional.

SOCIALISMO
revista teórica sobre a construção do socialismo no mundo.

Vendas em todo o País

CDL a distribuição



EDITORIAL

2

EM FOCO

4

1.º de Maio 1981 — Combate, Confraternização, Solidariedade Internacional; Governo não responde ao Caderno Reivindicativo da GGTP-IN.

8 de Março — Dia Internacional da Mulher
Congresso dos Professores — Democratizar a Escola, elevar a qualidade de ensino, valorizar a profissão docente.

1.º Congresso do Comércio e Serviços — Inter-
vir, Dignificar e Vencer.

CONCURSOS ALAVANCA

9/10 e 28

Viagens ao Estrangeiro grátis

ENTREVISTA COM MARIA DE LURDES PINTASILGO

11

Uma mulher atenta à problemática da condição feminina

POLÍTICA DEMOCRÁTICA PARA O SECTOR ENERGÉTICO

15

O desenvolvimento do sector energético é essencial ao desenvolvimento mais geral dos aparelhos produtivos da economia nacional

EMPRESAS PÚBLICAS E NACIONALIZADAS EM DEFESA DAS NACIONALIZAÇÕES

19

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

20

Como falar em participação e igualdade plenas, se a actual situação não mudar?

Responde o presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Deficientes

POLÍTICA DE SAÚDE — QUE PERSPECTIVAS?

24

"O direito à protecção da saúde, é realizado pela criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito"

REFORMA AGRÁRIA — A RESISTÊNCIA CONSTRÓI A VITÓRIA DOS TRABALHADORES

26

HÁ SETE ANOS, EM ABRIL

29

O 1.º DE MAIO É SOLIDARIEDADE

30

SOLIDARIEDADE COM OS POVOS EM LUTA

31

Dados referentes a 12 países cujos povos têm que enfrentar situações particularmente agudas no plano político, mas também económico e social

MAGAZINE

38

Desporto — A propósito do Rali de Portugal
As histórias da TV
Merenda 1.º de Maio
Cinema — "O Touro Enraivecido", o "Kilas" e Roteiro da Qualidade



ALIANÇA

ORGÃO CENTRAL DA
CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL

Director

José Luis Judas

Fizeram este número

A. Vicente Campinas
Carlos Barão Pinto
Eduardo Horta
Elisabete França
Francisco Coelho
João Silva (fotografia)
José M. Santos (grafismo)

Colaboradores permanentes

Álvaro Esteves
Correia da Fonseca
Fernando Midões
Tété

Redacção e

Administração

R. Vitor Cordon, 1 - 2.º
1294 Lisboa Codex

Composição e Impressão

Espirito Santo
Cooperativa Gráfica, SCARL

Esta edição
contém 44 páginas

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL	— 10	Números	— 250\$00
	— 20	"	— 450\$00
ANGOLA			
GUINÉ-BISSAU			
CABO VERDE	— 10	"	— 450\$00
MOÇAMBIQUE	— 20	"	— 800\$00
S. TOMÉ E PRÍNCIPE			
BRASIL			
ESPAÑHA	— 10	"	— 300\$00
	— 20	"	— 560\$00
RESTO DA EUROPA	— 10	"	— 400\$00
	— 20	"	— 750\$00
RESTO DO MUNDO	— 10	"	— 500\$00
	— 20	"	— 900\$00





editorial

Abril de 1981 tem sido um mês repleto de grandes lutas dos trabalhadores portugueses na defesa das suas condições de vida e de trabalho e, têm sido, a resposta firme à ofensiva do governo/Balsemão contra os direitos e conquistas populares que constituem as traves mestras do regime democrático.

O governo mete a cabeça na areia e pretende ignorar que as greves que ultimamente têm sido levadas a cabo pelos trabalhadores são a resposta natural à acção governativa assente na redução dos salários, na liberalização escandalosa dos preços, da inexistência de uma política social e na falta de perspectivas de desenvolvimento, dada a dependência dessa política aos interesses do imperialismo americano e dos monopólios da CEE.

As declarações dos governantes e o alarido dos seus escribas, nos órgãos de Comunicação Social que monopolizam, contra o direito à greve e contra a CGTP-IN, demonstram que o governo está inseguro face à luta dos trabalhadores.

É que afinal essa luta demonstra, mais uma vez, ao governo e às forças reformistas que temem deixar de ser «oposição», que o governo pode não durar quatro anos.

É que no Portugal de Abril o Povo não luta só quando vota.

É que no Portugal de Abril não há lugar para tal (des)governo e para a sua política.

LUTA E FESTA

EM FOCO

Desde que o Movimento libertador dos capitães de Abril ajudou a franquear as portas da liberdade, em 1974, os trabalhadores portugueses têm vindo à rua, ao chamamento sindical, para comemorarem o seu dia 1.º de Maio, já sem o entrave da brutal repressão fascista. As condições políticas mudam; avança-se, recua-se quando necessário (quanto baste para repensar/retomar balanço)... É sobretudo a festa, ou em primeiro lugar a luta. É mais um Dia do Trabalhador que se evoca, aberta ou clandestinamente, aqui e em todo o mundo. Maus vão os tempos; porém, melhores são que os de outrora, quando esta data era sempre um ponto de referência na história das misérias políticas do país.

No ano da libertação, comemorámo-la neste dia; ainda sem direitos nem garantias formalizadas, o movimento sindical, a CGTP-IN saída da clandestinidade, movimentaram a mais impressionante manifestação de massas que vimos, conjuntamente com as já existentes organizações políticas democráticas. No 1.º de Maio de 1981, em condições de democracia institucionalizada, comemoramos esta data fundamentalmente com manifestações de luta, como vem acontecendo nos anos mais recentes: manifestações onde se reafirmam as reivindicações dos trabalhadores e do MSU, proclamadas por milhares de vozes; por onde se canaliza até ao campo de batalha, digamos, o descontentamento

popular resultante das condições de vida que todos sofremos hoje, cada vez mais, à excepção duns quantos privilegiados, que são cada vez menos.

GRANDES INICIATIVAS

A preparação da combativa jornada que este 1.º de Maio vai ser (e jornada também de fraternidade, solidariedade nacional e internacionalista), tem-se vindo a concretizar em iniciativas e acções mobilizadoras, desde as locais e sectoriais até às outras de carácter mais geral e grande dimensão. Entre estas últimas, destacam-se as concentrações/comícios, designadamente nas capitais distritais, onde participam membros do Secretariado Nacional da CGTP-IN; representantes dos povos em luta, são presenças com que



1.º DE MAIO Combate, Solidariedade Confraternização

também se conta nestas grandes concentrações, são o abraço que recebemos e damos aos companheiros espalhados por esse mundo. Alvoradas, desfiles de bandas musicais, caravanas automóveis, enquadram em muitos casos tais realizações. Entretanto, ao longo do mês de Abril, têm vindo a realizar-se colóquios/debates sobre variados temas que

estão nas preocupações do MSU, dos trabalhadores, da população, desde os problemas do desemprego e contratos a prazo, à revisão constitucional, passando pelo problema do desarmamento e diversos outros.

LUTA E FESTA

Enquanto momento privilegiado de confraternização, este



Idariedade, ação

1.º de Maio assume, também, como é já tradição desde a queda do fascismo, um carácter de festiva alegria, onde a criatividade e um espaço para descontração têm sempre lugar. Assim, no campo desportivo, por um lado, como numa área mais estritamente cultural/recreativa, por outro, vêm decorrendo iniciativas várias, a saber:

Desde começos de Abril, desenvolvem-se



actividades desportivas, com destaque para o importante Torneio («Meeting») Internacional de Atletismo, em Lisboa, na última semana de Abril, que conta com a participação de nomes destacados na modalidade, no país e no estrangeiro. No dia 5, realizou-se em Santarém a prova «Corta-Mato Alavanca», promovida por este nosso órgão central, e a 12 foi a vez da Figueira da Foz, onde se correu a «Meia Maratona CGTP-IN». Alguns espectáculos comemorativos, com música, poesia, manifestações artísticas diversas, assinalam também este período e integram-se nalguns dos comícios a realizar. Exposições sobre actividades e história do MSU, sessões de convívio, etc., consoante as potencialidades regionais, estão em curso um pouco por todo o país, como parte integrante das festividades. Assim, a maior parte dos trabalhadores portugueses faz — por iniciativa das suas estruturas sindicais, integradas na CGTP-IN — neste 1.º de Maio, mais uma demonstração de vitalidade, coesão e poder organizativo.

8 DE MARÇO Dia Internacional da Mulher



O Dia Internacional da Mulher, comemora-se como alerta para a situação discriminada das mulheres; comemora-se em evocação da luta das operárias têxteis nova-iorquinas, reprimidas até à morte pela sua greve reivindicativa de melhores salários e redução da jornada de trabalho, em 1857. Nas comemorações deste ano no nosso país, predominaram os protestos contra o custo de vida e a determinação de defesa dos direitos e garantias de igualdade, consagrados na Constituição; estas comemorações foram promovidas pelo Movimento Sindical Unitário, grupos de mulheres trabalhadoras em empresas, organizações de mulheres (partidárias e não partidárias), algumas autarquias e Comissão da Condição Feminina. O MSU promoveu algumas acções através das suas organizações distritais de mulheres (das Uniãos), em conjunto com o MDM, donde se destacou a realização, em Lisboa, duma sessão pública no próprio dia 8, na qual esteve também representado o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC). Ainda no âmbito destas realizações, o espectáculo musical de Io Apolloni, «Viver Mulher», foi apresentado em mais de dez localidades, ao longo do mês de Março; novamente em Lisboa, decorreu, de 16 a 21, um ciclo de cinema de temática feminina (especialmente de mulheres cineastas), patrocinado pelo MDM; ao nível de empresa, de salientar as comemorações de Setenave, que incluíram exposições, projecção de filmes e um debate com a participação de deputadas à AR.



Governo não responde ao caderno reivindicativo da CGTP-IN

Como é do conhecimento público o Secretariado Nacional da CGTP-IN entregou ao Governo, há cerca de 2 meses, um conjunto de reivindicações imediatas, aprovadas pelo movimento sindical com o objectivo de dar solução a alguns dos principais problemas que afectam os trabalhadores portugueses.

Numa primeira reunião, realizada em 30 de Janeiro, com o Ministro de Estado, em representação do Primeiro-Ministro e o Ministro do Trabalho, ficou definido que o Governo daria uma resposta global às reivindicações apresentadas. No dia 20 de Fevereiro veio a realizar-se nova reunião com o Ministro do Trabalho. Contrariamente ao que se tinha estabelecido o Ministro do Trabalho comunicou à CGTP-IN não ter qualquer resposta dos restantes ministérios, voltando a discussão a recair sobre questões já antes analisadas.

Tal facto levou a CGTP-IN a solicitar uma audiência ao Primeiro-Ministro com o objectivo de ultrapassar a situação criada.

Posteriormente e sem que esta pretensão fosse satisfeita, realizaram-se reuniões, de novo com o Ministro do Trabalho e ainda com os Ministros da Justiça e dos Transportes, encontrando-se agora também previstas uma nova reunião com o Ministro do Trabalho e uma outra com o Ministro dos Assuntos Sociais.

Nas reuniões até agora realizadas a CGTP-IN tem exposto aprofundadamente os seus pontos de vista sobre as matérias cuja discussão e resolução considera prioritárias sem que contudo tenha obtido qualquer resposta concreta da parte do Governo.

Insistindo na recusa em responder às reivindicações da CGTP-IN o Governo iniciou, com o apoio do patronato e da «UGT», uma manobra dilatória em que se propõe remeter a resolução

dos problemas laborais para uma «comissão consultiva para tratar da revisão das leis laborais».

Esclarece-se, a propósito, que ao contrário do que tem sido noticiado por alguns órgãos da comunicação social, nunca o Ministro do Trabalho falou à CGTP-IN nessa «comissão» pelo que se torna descabido dizer-se que o Governo, aguarda a sua resposta.

Assim, considerando as razões expostas, o Secretariado Nacional da CGTP-IN, depois de ouvir o seu Conselho Geral, composto por 17 Federações e 20 Unibes Distritais, decidiu:

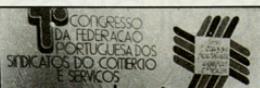
a) **Solicitar ao Primeiro-Ministro a concretização do pedido de audiência, feito pela CGTP-IN em 26-2-81, com vista a obter da parte do governo a clarificação da sua posição bem como a definição dos objectivos concretos dos futuros encontros.**

b) **Suspender as reuniões com o governo,**

não comparendo já às reuniões aprazadas para o próximo dia 30 com o Ministro do Trabalho e o Ministro dos Assuntos Sociais.

A CGTP-IN pretende deixar bem claro que a apreciação que faz do resultado das reuniões com o governo não é determinada pelo tempo de duração dessas reuniões, mas sim pelos resultados concretos que se obtenham para a resolução dos problemas dos trabalhadores.

Nestas circunstâncias a CGTP-IN responsabiliza o governo pelo agravamento das tensões sociais no país, na certeza de que, da sua parte, da mesma forma que encara com responsabilidade os encontros com o governo, vai intensificar a mobilização dos trabalhadores e aprofundar as formas de luta enquanto não estiverem garantidos os objectivos fundamentais do seu Caderno Reivindicativo.



1.º Congresso do Comércio e Serviços

Intervir, Dignificar Vencer

«O Congresso consagrou definitivamente a nossa Federação como a estrutura representativa dos trabalhadores do Comércio e Serviços e reaffirmou os seus princípios democráticos, unitários, de classe e de massas» assim definiu António Ferreira Jorge, em nome do novo Secretariado eleito, o 1.º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços.

Sete anos depois de Abril, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços realizou o seu 1.º Congresso, que, ao mesmo tempo foi, o 9.º dos trabalhadores do comércio que se tinham já reunido ao nível do seu órgão, máximo por oito vezes antes de 1926, antes portanto da fascização dos sindicatos.

Dez anos depois da manifestação de 5 mil caixeiros em S. Bento, momento culminante da luta pela semana das 44 horas em regime de Semana Inglesa, os trabalhadores do comércio e serviços reaffirmam em liberdade, a firme disposição de defenderem e alargarem as suas conquistas. E fizeram-no no momento exacto em que erguem a sua nova estrutura sindical e em que afirmam a Federação Portuguesa

dos Sindicatos do Comércio e Serviços como o órgão de direcção do sector a nível nacional.

Foi um Congresso diferente o que foi dado ver ao jornalista. A data marcada de 14 e 15 de Março no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa foi largamente antecipada. Foram os Debates para o Congresso, por exemplo. Em Lisboa, no Porto e em Faro os respectivos Sindicatos do Comércio e Serviços realizaram debates públicos sobre o Mercado Comum, sobre o Turismo, sobre os Horários de Abertura e o Comércio. Uma nova forma de intervenção que se afirmou cheia de potencialidades até pelo impacto que obteve em diversos extractos da população. Foram as iniciativas desportivas que mobilizaram milhares de trabalhadores do sector de todo o país.

Foram as iniciativas culturais com especial destaque para a Festa do Congresso e para as exposições — a da imprensa sindical do sector e a da luta pela semana inglesa — que Sábado e Domingo criaram um novo ambiente num dos átrios do Pavilhão dos Desportos.

UM PROGRAMA DE ACÇÃO PARA INTERVIR E DIGNIFICAR

Os 235 Congressistas

aprovaram o Programa de Acção da Federação para os próximos 3 anos e elegeram o seu novo Secretariado, pela primeira vez eleito em Congresso.

Do Programa de Acção saliente-se a perspectiva negativa com que os trabalhadores do comércio e serviços vêm a eventual adesão do nosso país à CEE; a disposição firme de lutarem por uma real melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho no sector, decidindo lançar uma campanha pública de denúncia, da forma anárquica e atentatória dos direitos dos trabalhadores de como os Centros Comerciais abrem e proliferam neste país; continuar decididamente o plano de reestruturação sindical do sector através de fusões, filiações, verticalizações, sindicalização, descentralização e reestruturação administrativa e financeira.

O novo Secretariado eleito, no Congresso, é composto por 25 membros, 3 dos quais mulheres, incluindo também elementos dos sectores de serviços cujos sindicatos se não encontram ainda filiados na Federação.

Foi um Congresso de Unidade, Organização e Luta.

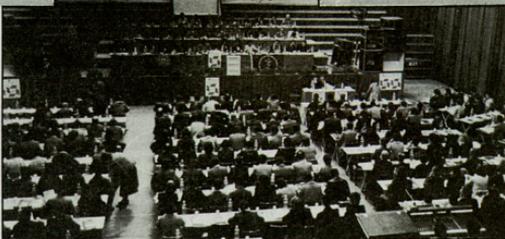
De unidade, eloquentemente demonstrada pela

representatividade e participação no Congresso dos Sindicatos do sector das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e de diversos Sindicatos de Serviços ainda não filiados na Federação, designadamente dos Sindicatos da Portaria, Vigilância e Limpeza e dos Aduaneiros que informaram da sua próxima filiação na Federação.

E a afirmação da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços como estrutura efectivamente representativa dos trabalhadores da Distribuição e Serviços.

Prestigiada no plano nacional, a Federação viu também consagrado no plano internacional o seu prestígio, quer através da presença no Congresso de delegações fraternais congéneres, quer ainda pelo elevado e diversificado número de saudações enviadas de vários pontos do mundo.

José Luis Judas, em nome do Secretariado da CGTP-IN, saudou o Congresso relembrando «o importante papel desempenhado pelos trabalhadores do sector na constituição da Intersindical», assim como «a sua determinada e perseverante actividade na defesa do nível de vida e da redução da jornada de trabalho em Portugal».



EM FOGO



Congresso dos Professores Democratizar a Escola Elevar a qualidade de Ensino Valorizar a profissão Docente

Realizou-se nos dias 11, 12, 13 e 14 de Março, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, o Congresso dos Professores da Grande Lisboa, com a participação de 600 delegados e centenas de convidados nacionais e estrangeiros.

Entre os temas discutidos destacam-se «a democratização da escola», «a valorização da profissão docente» e «a acção sindical».

Segundo os organizadores o Congresso pretendeu, fundamentalmente, fazer um balanço da actividade do Sindicato desde a sua criação e, bem assim, definir as linhas de orientação da actividade sindical, designadamente, no que respeita às acções reivindicativas.

Perante a crise geral que afecta o sistema educativo português, prejudicando tanto pais como professores e alunos, e que se constata através da grande carência de instalações escolares, das péssimas condições de trabalho e estudo, do

pesado sistema de exames e do baixo aproveitamento escolar dos alunos, o encontro crítico e profundamente a acção do MEC dos Governos AD, que se têm mostrado incapazes de definir orientações eficientes e constitucionais capazes de ultrapassar as graves deficiências por que vai passando a educação em Portugal.

Inserido nas tradições de luta dos professores que mergulham nos anos da República e se desenvolveram mesmo no período do fascismo, o congresso aprovou por larga maioria (apenas 4 abstenções) a Resolução final apresentada pela direcção do sindicato.

Nela se considera que a democratização da escola e de todo o sistema educativo é uma exigência e uma condição fundamental para o desenvolvimento da pessoa humana e para o desenvolvimento sócio-económico do país. Dai a necessidade de medidas articuladas que incluam a democratização das

estruturas, instaurando-se ou prolongando-se os troncos comuns, tendo em vista elevar o nível cultural geral e atrasar o mais possível a separação em diferentes vias e em ciclos longos e curtos; a igualização de formação e da situação profissional dos professores de todos os ensinos não universitários; novas possibilidades de educação que facilitem a continuação de estudo aos jovens trabalhadores e, muito particularmente, o seu acesso à Universidade; o alargamento da rede do ensino pré-escolar possibilitando a todas as crianças igualdade de acessos.

Exige-se ainda, na Resolução, uma estratégia educativa empenhada numa formação global e multilateral dos indivíduos, uma escola com um meio de vida estimulante, capaz de contribuir dentro das suas possibilidades e competências para a superação das desigualdades sociais de que são vítimas muitos dos que nela estudam, capaz de ajudar as crianças e os

jovens na construção de perspectivas positivas de futuro.

A Resolução final expressa a necessidade de alterar profundamente o tipo de escolas existentes que conduza a um desgaste extraordinário dos equipamentos e instalações, à acumulação do lixo, à ausência de higiene e de conforto, à confusa irresponsabilidade individual.

No que respeita ao ensino superior, o Congresso pronunciou-se pela revisão dos critérios de selecção dos candidatos, exclusivamente assentes nas classificações obtidas, estabelecendo-se novos critérios de admissão que permitam aos trabalhadores o acesso ao ensino superior.

No que respeita à participação na definição da política educativa, o Congresso reivindicou o direito de participação activa, formulando a proposta de criação dum Conselho Nacional de Educação, no qual tenha assento o Sindicato dos Professores. Quanto à acção sindical, os professores definem como necessidade premente a implementação da criação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores como forma de criar o mínimo de condições de organização a nível nacional que permitam o desenvolvimento e a coordenação das acções dos professores. O Congresso pronunciou-se, igualmente, contra as acções divisionistas com destaque para as desenvolvidas pela UGT, considerando que tem sempre encontrado da parte da CGTP-IN uma atitude de solidariedade activa e de respeito pela independência recíproca.

VIAJE AO ESTRANGEIRO GRÁTIS!
PARTICIPE NOS CONCURSOS **ALIANÇA**

1 sorteio p/assinantes

assinante _____
morada _____

eu **assino** _a
ALIANÇA ₈₁

1 sorteio p/assinantes

assinante _____
morada _____

eu **assino** _a
ALIANÇA ₈₁

1 sorteio p/assinantes

assinante _____
morada _____

eu **assino** _a
ALIANÇA ₈₁

1 sorteio p/assinantes

assinante _____
morada _____

eu **assino** _a
ALIANÇA ₈₁

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA ₈₁

já **recrutei**
um assinante

angariador _____
morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA ₈₁

já **recrutei**
um assinante

angariador _____
morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA ₈₁

já **recrutei**
um assinante

angariador _____
morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA ₈₁

já **recrutei**
um assinante

angariador _____
morada _____

LEIA, ASSINE E DIVULGUE **ALIANÇA**

assinante _____
morada _____

COLA ESTE CUPÃO A UM BILHETE POSTAL
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLA ESTE CUPÃO A UM BILHETE POSTAL
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLA ESTE CUPÃO A UM BILHETE POSTAL
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLA ESTE CUPÃO A UM BILHETE POSTAL
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA



MARIA DE LURDES PINTASILGO

Mulher Atenta à Problemática da Condição Feminina

Personalidade empenhada na construção duma sociedade justa e fraterna, interveniente destacada nas frentes política e cultural com mérito reconhecido aquém e além fronteiras, a ex-Primeira Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo é uma mulher particularmente atenta à problemática da condição

feminina. Justamente do âmbito desta problemática são as questões abordadas na presente entrevista: análise (e também testemunho) sobre a mulher no exercício do poder político, a situação da mulher no trabalho, na sociedade.

Alavanca — Após o 25 de Abril, algumas mulheres têm ocupado os mais elevados cargos governamentais, tendo-se mesmo verificado a ocupação do lugar de topo, no caso do V Governo chefiado pela senhora engenheira. Isso está longe de reflectir, no entanto, a realidade social do país, em termos de equiparação de situações na vida, entre homens e mulheres, tratando-se antes de excepções.

Pensa que, de alguma forma, a experiência colectiva dessas situações excepcionais poderá contribuir para um avanço na situação das mulheres portuguesas, em geral? Se sim, em que medida?

L.P. — Concordo consigo que a situação das mulheres que chegam a ocupar cargos governativos ou outros «lugares de topo» está longe de reflectir a realidade social do país. Penso, no entanto, que essas situações, embora excepcionais, contribuem para que o direito fundamental que é a *igualdade de oportunidades* entre homens e mulheres seja publicamente afirmado e, logo, fortalecido. Pelo próprio carácter de

excepção de que se revestem, tais situações acabam por ter um certo impacto no derrube dos preconceitos que perpetuam a divisão do trabalho entre as pessoas dos dois sexos.

O simples facto de as mulheres exercerem funções governativas, independentemente da forma como o fazem, quebra o carácter quase religioso de que essas funções normalmente se revestem. São funções que se democratizam, se tornam acessíveis a toda a gente, porque acessíveis a um grupo de população que, no seu conjunto, é discriminado.

Alavanca — Essas mulheres não

«Sem o trabalho das mulheres, a economia mundial entraria em colapso de um momento para o outro.

O impacto social das mulheres revelar-se-á na medida em que colectivamente elas se aperceberem da força que são e na medida em que derem as mãos a todos os que lutam por uma sociedade nova (...).»

são senão um número mínimo em comparação com todas as mulheres que sofrem discriminação na sociedade.

Não servirão elas de «poira deixada aos olhos» das outras mulheres?

L.P. — Tem razão em denunciar esse perigo. Nos cargos governamentais, as mulheres podem limitar-se à funcionar como «peças de adorno» ou «excepção que confirma a regra». Nesses casos são realmente «poira». Contentando-se em copiar os modelos masculinos, são elas próprias que rejeitam a sua solidariedade de base com as outras mulheres, distanciando-se delas nas palavras, nas atitudes e nos actos. Mais, há mesmo casos em que as mulheres parecem sentir-se satisfeitas quando delas se diz «é decidida como um homem», ou «é o único homem forte do gabinete». Essas mulheres poderão encontrar-se no topo da carreira político-administrativa, mas na realidade, não são mulheres libertas; revelam-se incapazes de assumirem com desassombro a sua própria identidade.

Na minha maneira de ver, a conquista da igualdade só por si não chega. Tal igualdade significaria, no limite, que tudo o que o homem estabeleceu constitui a norma certa por excelência... Ora o que me parece importante é a igualdade que salvaguarda a diferença. Como mulheres, interessa-nos seguramente conquistar a igualdade de direitos na teoria e na prática.

Mas não nos interessa menos a manifestação da nossa diferença, o nosso contributo próprio e específico nos vários sectores da vida social.

Valores humanos escondidos ou abafados

Alavanca — Como define, concretamente, esse contributo próprio e específico?

L.P. — No que se refere à prática governativa, há casos — e são esses que importa reforçar — em que as mulheres introduzem qualquer coisa de novo. Em vez de se preocuparem com objectivos programáticos teóricos e abstractos, preocupam-se com as necessidades reais das pessoas concretas. Dão maior atenção a

todos os que, na sociedade, são marginalizados ou mantidos na periferia das preocupações e das decisões políticas. Trazem uma forma diferente de encarar, viver e exercer o poder político.

Ora tudo isto tem que ver com a afirmação das mulheres nos meios onde vivem e trabalham. Tudo isto reforça e sublinha a importância das mulheres na vida social como pessoas autónomas, capazes de introduzirem na vida quotidiana valores humanos até agora escondidos ou abafados...

Alavanca — Numa entrevista dada à revista brasileira «Isto é» (1), a então Primeira Ministra de Portugal apontava como situação ideal para qualquer grupo oprimido «vencer a opressão, a sua inserção (...) no contexto da opressão global sentida pela sociedade».

Algum tempo depois, porém, diria noutra entrevista (2): «Houve uma altura em que as pessoas pensavam que o trabalho profissional era um meio de libertação para a mulher. Ora isso foi desmontado. (...) a imensa maioria das mulheres trabalha por

«O simples facto de as mulheres exercerem funções governativas, (...) quebra o carácter quase religioso de que essas funções normalmente se revestem. São funções que se democratizam, (...) porque acessíveis a um grupo de população que, no seu conjunto, é discriminado.»

necessidades económicas e tem de acumular o trabalho profissional com o trabalho doméstico». Há aqui uma contradição, pelo menos aparente.

Não crê, portanto, que a entrada das mulheres no mundo do trabalho profissional constitua a inserção no contexto inicialmente referido?



L.P. — São duas questões distintas. Tentarei examiná-las separadamente.

A entrada das mulheres no mundo do trabalho profissional é uma condição importante para a tomada de consciência dos seus direitos. O facto de «provar» que podem ser economicamente autónomas e assumir responsabilidades financeiras relativamente aos que lhes estão pró-

ximos, dignifica as mulheres aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade.

Mas a questão prévia que se põe é de saber se os milhares de mulheres que entram nos circuitos do trabalho profissional experimentam, de facto, a autonomia que lhes advém da sua



situação. E parece que não. Ao horário do trabalho profissional vem somar-se o horário do trabalho doméstico que continua a cair quase inteiramente sobre elas. Além disso, os trabalhos confiados às mulheres, são os que se encontram na base da escala das remunerações, do estatuto profissional, das condições de promoção. Por isso afirmo e afirmo que o trabalho profissional não é, em si mesmo, «um meio de libertação para a mulher».

O importante é que a discriminação experimentada no trabalho profissional deixa de ser vivida em termos meramente pessoais para passar a ter outras dimensões. Pelo facto de realizarem as mesmas tarefas que os homens, as mulheres dão conta de que a discriminação se exerce pelo simples facto de elas serem mulheres. E a partir dessa tomada de consciência começam a perceber-se de outras dimensões da

opressão social, na sua globalidade. É assim que se tornam capazes de entrar na luta colectiva por uma sociedade mais justa.

L.P. — É difícil dar-lhe uma resposta adequada. É certo que a dupla tarefa da mulher trabalhadora põe com maior acuidade a discriminação

«[...] o trabalho profissional não é, em si mesmo, 'um meio de libertação para a mulher'. O importante é que a discriminação experimentada no trabalho profissional deixa de ser vivida em termos meramente pessoais para passar a ter outras dimensões.»

Factores de opressão vários incidem sobre mulheres e homens

Alavanca — Não crê ainda que a acumulação pela mulher do trabalho profissional com o trabalho doméstico conduza, a prazo, a uma equitativa divisão deste último entre os membros da família, como prática generalizada?

de que é vítima na vida familiar e leva, por via da tomada de consciência das mulheres, à exigência de uma participação de todos os membros do agregado familiar nas tarefas domésticas.

Não podemos, no entanto, esquecer que, enquanto esperamos por «melhores tempos», as mulheres concretas de hoje vão sucumbindo à enorme sobrecarga que sobre elas pesa. Será possível pensarmos em libertação, em transformação social, quando metade da humanidade vive



sujeita a horários que, somando o mínimo do trabalho doméstico com o mínimo do trabalho profissional, vão das cinquenta às noventa e tal horas semanais?...

Por outro lado, uma mais equitativa divisão das tarefas domésticas entre os membros da família, não nos deve levar a minimizar outros factores de opressão, tanto para as mulheres como para os homens: os horários de trabalho excessivos e irracionalmente concebidos; os transportes públicos irregulares e incómodos; as creches e infantários, concebidos em termos «industriais» e anónimos; os lugares de convívio fora do alcance do orçamento familiar; a concepção urbanística dominante, que impede que subsistam as famílias alargadas, onde conviviam várias gerações e onde se prestavam mutuamente os cuidados necessários, num amplo sentido de solidariedade... (Recorde-se que a família nuclear — pai, mãe e

1 ou 2 filhos — é um produto da sociedade burguesa do século XIX).

«Como mulheres, interessa-nos seguramente conquistar a igualdade de direitos na teoria e na prática. Mas não nos interessa menos a manifestação da nossa diferença, o nosso contributo próprio e específico nos vários sectores da vida social.»

8 de Março: libertação e dignificação, um dia

Alavanca — Ainda recentemente tiveram lugar as comemorações de mais um Dia Internacional da Mulher (8 de Março); designadamente no nosso país, o Movimento Sindical Unitário celebrou a data, um pouco por toda a parte.

Entende que acções desta natureza contribuirão, de algum modo, para modificar a situação discriminada das mulheres?

L.P. — É necessário ter no calendário um Dia da Mulher, para tocar a rebate pelo mundo fora! Para que as mulheres digam que existem, que querem ser pessoas humanas com todos os direitos que as leis consagram a e prática tantas vezes desmente. Para que os homens fiquem a pensar como será que discriminam os seres que lhes estão mais próximos e comecem a perceber que isto não vai durar muito tempo assim. Para que a sociedade inteira tome consciência de que permite a discriminação institucionalizada e em todos os sectores da vida social, do mais público ao mais privado.

Com este sentido, o Dia da Mulher é necessário, embora seja sintoma duma situação errada.

Se formos, porém, à raiz do problema, temos que admitir que não são comemorações deste tipo que trazem soluções. O que importa é que as mulheres sejam reconhecidas naquilo que são, no seu dia a dia. Passou o tempo em que as mulheres aceitavam ser estatisticamente «invisíveis». Hoje, elas sabem que asseguram no mundo inteiro as estruturas fundamentais da sobrevivência, não só nos aspectos alimentar e de saúde como na passagem dos valores culturais de uma geração a outra e no próprio suporte de toda a vida económica. Sem o trabalho das mulheres, a economia mundial entraria em colapso de um momento para o outro.

O impacto social das mulheres revelar-se-á na medida em que colectivamente elas se aperceberem da força que são e na medida em que derem as mãos a todos os que lutam por uma sociedade nova em que os valores da solidariedade, da paz, da

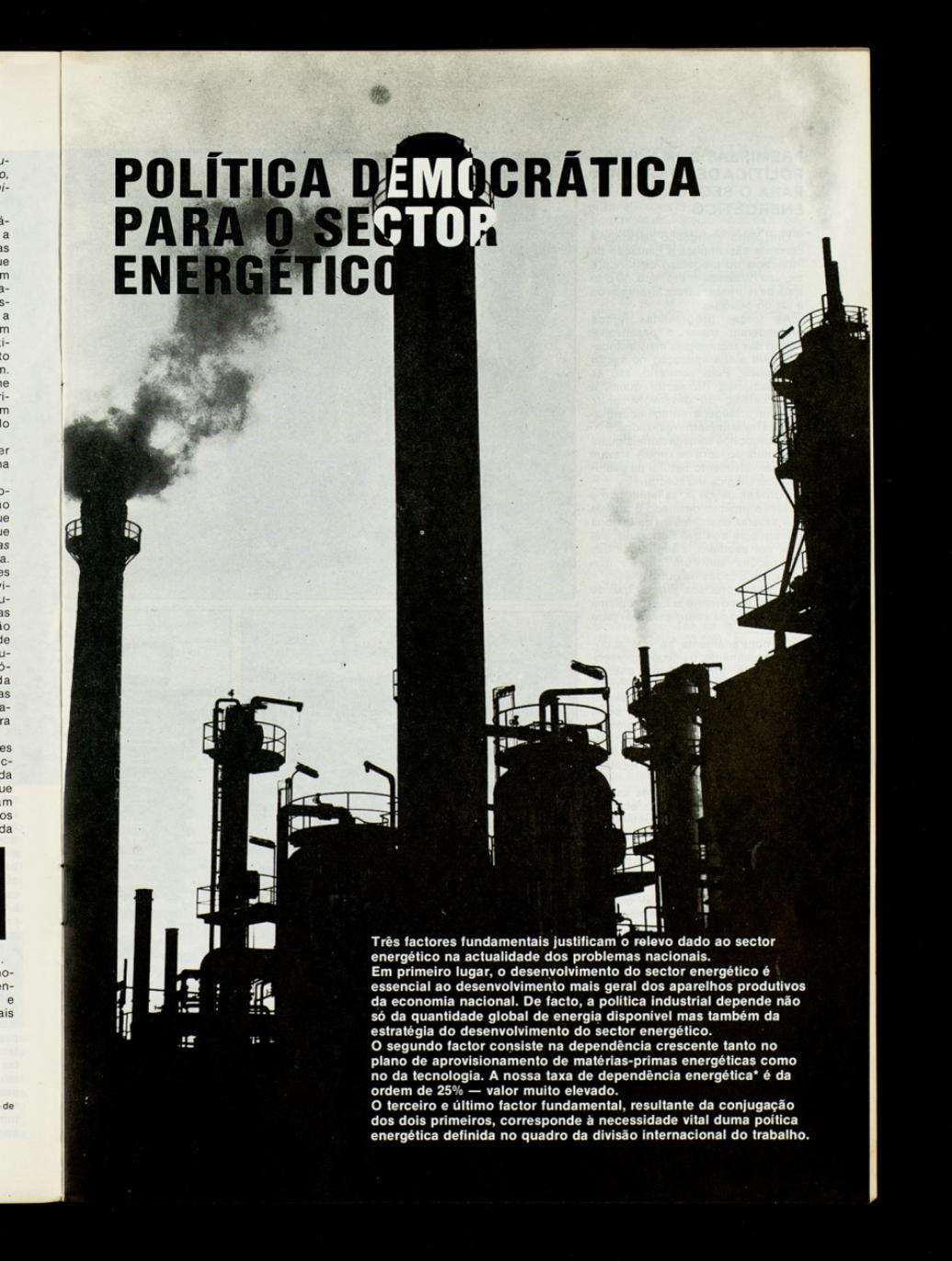
felicidade, não sejam palavras vãs.

Quando isso acontecer, comemoraremos o Dia da Mulher no seu sentido pleno: dia da libertação e dignificação do que há de mais humano em todos nós.

E. F.

(1) Em Agosto de 1979.

(2) À revista americana MS, em Dezembro de 1979.



POLÍTICA DEMOCRÁTICA PARA O SECTOR ENERGÉTICO

Três factores fundamentais justificam o relevo dado ao sector energético na actualidade dos problemas nacionais.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento do sector energético é essencial ao desenvolvimento mais geral dos aparelhos produtivos da economia nacional. De facto, a política industrial depende não só da quantidade global de energia disponível mas também da estratégia do desenvolvimento do sector energético.

O segundo factor consiste na dependência crescente tanto no plano de aprovisionamento de matérias-primas energéticas como no da tecnologia. A nossa taxa de dependência energética* é da ordem de 25% — valor muito elevado.

O terceiro e último factor fundamental, resultante da conjugação dos dois primeiros, corresponde à necessidade vital duma política energética definida no quadro da divisão internacional do trabalho.

PREMISSAS DUMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA PARA O SECTOR ENERGÉTICO

Um plano energético nacional e corrente não implica a limitação da influência do progresso científico e técnico no sector energético. Não se trata de regressar à tração animal ou à luz do petróleo.

As forças progressistas nunca pretenderam travar o desenvolvimento das tecnologias mais avançadas nem a sua aplicação no sector energético. Pelo contrário, são as multinacionais do sector quem, a cada estágio do desenvolvimento, desejam proteger a rentabilidade global dos investimentos realizados. São os monopólios transnacionais quem — na mira do lucro máximo — travam o desenvolvimento natural da evolução tecnológica intrasectorial.

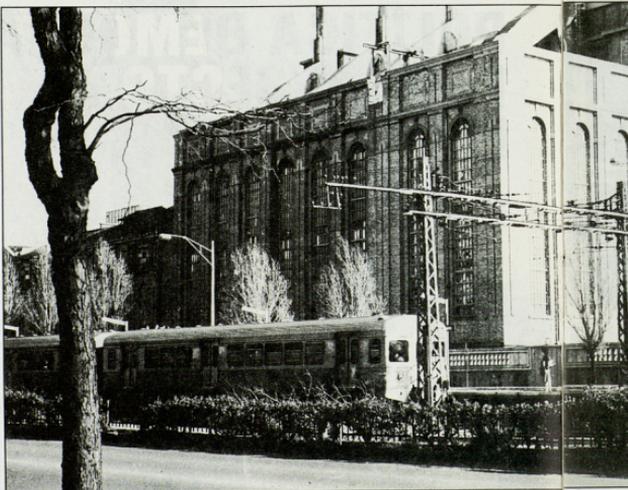
Convém, desde já, salientar que o desenvolvimento desejado é aquele que satisfaz os interesses da maioria esmagadora do Povo Português. Daí que, por exemplo, a segurança das populações será um critério que transcende todos os outros.

É nestes precisos termos que se deve colocar o muito actual problema da utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

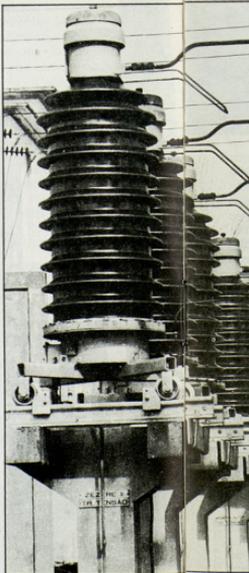
Se contrariamente ao que acontece actualmente, os riscos apresentados pela produção de energia eléctrica por via nuclear — em Portugal — vierem a produzir-se até serem comparáveis aos de qualquer outra actividade industrial, então somente os critérios de adaptação às necessidades devem ser tomados em consideração para as decisões técnicas indispensáveis.

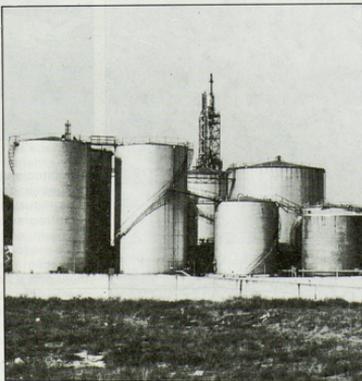
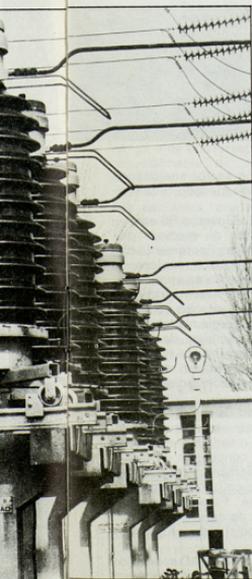
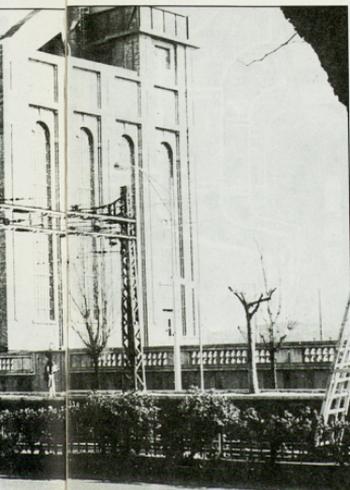
Responder nas melhores condições às necessidades de energia, tanto individuais como colectivas, no quadro dum desenvolvimento harmonioso da economia nacional, tal deve ser a finalidade dum política democrática para o sector energético. Isso implica, para além de factores ligados à segurança, que as escolhas sejam feitas e as suas aplicações sejam controladas pelo conjunto dos cidadãos e não por um exército de técnicos que não é, de facto, outra coisa senão um exército camuflado do grande capital à procura do lucro máximo num sector inconstavelmente entre os mais rentáveis.

Por outras palavras, a vontade política dum controlo democrático do sector energético deverá traduzir-se por decisões técnicas sem que isso represente a transformação de cada um de nós num especialista energético; são os técnicos que devem servir a democracia e não o inverso.



A democracia, no domínio energético, como em qualquer outro, implica uma informação substancial e objectiva, um debate aberto, um controlo permanente. Este controlo não deve ser exercido sobre a base de escolhas truncadas e viciadas, mas sobre a execução de decisões assentes em análises aprofundadas de todas as possibilidades oferecidas pela tecnologia actual — quer se trate da optimização das fontes de energia clássicas ou do desenvolvimento das energias alternativas. A política democrática para o sector energético tem de ter em consideração, por um lado, que os consumos de energia





são muito baixos e, por outro, que na estrutura daqueles consumos, os combustíveis provenientes da importação de ramos de petróleo têm um peso muito elevado.

A capitação energética em Portugal é da ordem de 1/4 a 1/5 dos países capitalistas europeus. A estrutura dos consumos é contudo muito semelhante à daqueles países, desde ao servilismo herdado neste domínio como noutros das actividades económicas.

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO

Relativamente à globalidade da economia nacional, é modesta a contribuição do sector para o Produto Interno Bruto (PIB) (2,2%), o emprego (0,7%) e a exportação (2,0%). No entanto, é notável o peso do sector no que diz respeito à Formação Bruta de Capital Fixo** (FBCF) (11,6%) e à importação (16,1%).

Tomando em consideração a relação entre a FBCF e o emprego (11,6/0,7=16,1), verifica-se que se trata dum sector de elevada composição orgânica do capital (de capital-intensivo, em terminologia burguesa) o que significa um razoável desenvolvimento das forças produtivas.

Em termos globais o sector tem apresentado ao longo do tempo uma posição relativamente constante no conjunto da economia nacional no que se refere ao PIB, ao emprego, à FBCF e à exportação. Quanto à importação verificou-se uma brusca aceleração a partir de 1973, contribuindo desde então para acentuar o desequilíbrio da balança comercial.

Intra-sectorialmente verifica-se que o ramo da Energia Eléctrica é predominante em relação ao dos combustíveis no que se refere ao PIB (86,4% contra 13,6%), ao emprego (85,7%; 14,3%) e à FBCF (99,7%; 0,3%). O ramo dos combustíveis é absolutamente determinante quanto à balança comercial (100% das importações e das exportações do sector).

É fácil de concluir que uma política democrática para o sector energético tem de passar por duas linhas de força fundamentais:

— política de investimentos no ramo da Energia Eléctrica e política de importações de matérias-primas energéticas no ramo dos combustíveis.

Para satisfação das necessidades energéticas do País, consomem-se diversos combustíveis (85%) e energia eléctrica (15%).

No conjunto os principais combustíveis utilizados são: o petróleo (28% do consumo interno bruto de energia), o gasóleo (18%), as gasolinas e outros combustíveis líquidos, semelhantes, provenientes da refinação da rama de petróleo (21%), os gases liquefeitos - propano e butano (6%) — que têm a mesma origem daqueles, os carvões — hulha, antracite, coque (6%) —, a lenha e os restantes vegetais (4%) e o gás da cidade (1%) — em Lisboa.

A produção de energia eléctrica é obtida em centrais hidráulicas (10% do consumo interno bruto de energia) e em centrais termoeléctricas

(5%) consumindo carvão, fuelóleo e gasóleo.

O principal consumidor de energia eléctrica é a indústria, onde se destaca a electrosiderurgia, a electroquímica e a electrometalurgia.

O sector dos transportes é aquele que tem mais elevado consumo de combustíveis provenientes da refinação do petróleo bruto, sobretudo gasóleo (camionagem e transportes marítimos), gasolinas (automóveis ligeiros), carburantes de aviação (transportes aéreos) e fuelóleo (transportes marítimos).

O principal consumidor de combustíveis sólidos é a indústria, com grande destaque para a siderurgia.

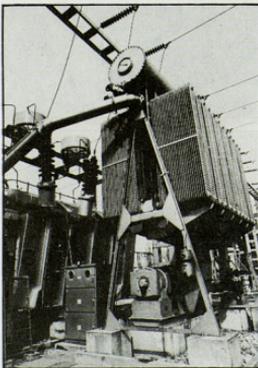
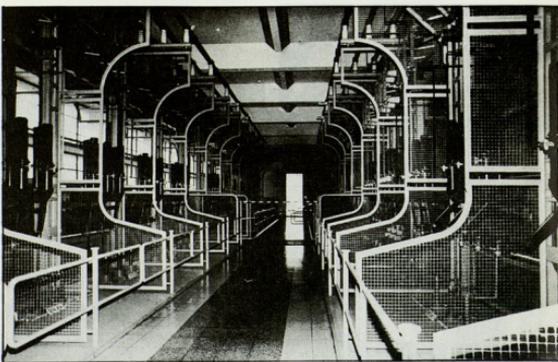
A distribuição regional dos consumos de energia reflecte os diferentes graus de desenvolvimento industrial e as diferenças de nível de vida das populações de região para região. As assimetrias na distribuição regional dos consumos podem traduzir-se da seguinte forma: 3/4 dos consumos de combustíveis líquidos e de energia eléctrica respeitam a 1/2 (metade) da população, habitando em 1/4 do território — os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Leiria e Coimbra.

DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA NACIONAL

Como já se disse, a nossa taxa de dependência energética é muito elevada. Daí que o traçado duma política energética voltada para o correcto desenvolvimento tenha de ser estabelecido em completo acordo com uma política de independência nacional nas relações externas.

Até ao momento, a ingerência do imperialismo no sector energético traduz-se pela submissão às directrizes do banco Mundial, do Banco Europeu de Investimentos e do Fundo Monetário Internacional. O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral agravou a relação de dependência energética com a independência nacional em face da política externa de submissão total ao imperialismo americano, com a introdução e agravamento de tensões e de roturas nas relações com países exportadores de matérias-primas energéticas (casos do Irão e da URSS, p. e.).

Dentro da política de facilitar a ingerência do imperialismo, os governos de direita resolveram entregar ao estrangeiro os estudos da satisfação das necessidades de energia até ao ano 2000. Estão em curso 2 estudos elaborados por americanos e franceses. Os técnicos portugueses são marginalizados e não se dão oportunidades de formação de novos técnicos. A Direcção-Geral de Ener-



gia e o Governo AD continuam a praticar uma política de completa dependência do estrangeiro, em todos os planos: avaliação dos recursos, planeamento, projectos e investimentos, tanto no que se refere às fontes clássicas de energia como no que diz respeito às energias renováveis (solar, geotérmica, etc.).

Relações bem diferentes seriam as a estabelecer com os países socialistas. A cooperação com os países socialistas é baseada no respeito pela soberania de cada país e no direito de cada povo escolher livremente a sua via de desenvolvimento.

PROGRAMAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS

Nos Programas dos Governos

Constitucionais o sector energético tem merecido uma atenção cada vez mais reduzida.

O Programa do Governo PS apontava um conjunto de medidas de certo modo positivas (incremento da utilização dos recursos nacionais, incluindo a aceleração do aproveitamento dos recursos hidroeléctricos) e garantia a apresentação do Livro Branco sobre a energia nuclear para discussão na Assembleia da República. Nem o Livro Branco foi apresentado à AR nem as medidas correctamente preconizadas foram cumpridas.

O Programa do Governo AD — de Janeiro deste ano — apontava quase exclusivamente o seguinte objectivo geral: "Estudo, concepção e lançamento dos fundamentos da política energética e da estrutura industrial desejáveis para Portugal, numa óptica moderna de desenvolvimento económico e social e da integração na CEE".

Em relação ao PS, a AD retirou o Livro Branco e introduziu a integra-

ção
poli
ME
UM
DE
NO
EN
Pa
tica
bal
siri
naci
géti
E
antr
a S
hidr
de e
ene
A
naci
adm
ção
tica
200
Pa
bor
tent
rela
nido
ond
ção
pop
A
mer
•
dive
ene
mut
exp
carv
•
pan
espe
mat
mer
sos
os d
•
men
nico
•
ene
pon
nha
con
den
nias
gara
prog
tuga
Pov
•
das
inter
...
200
8,16
uma
ente

ção na CEE como pilar básico da política energética.

MEDIDAS PARA UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA NO SECTOR ENERGÉTICO

Para traçar uma política democrática para o sector energético, além do balanço das necessidades, é necessário fazer um balanço dos recursos nacionais de matérias-primas energéticas e de fontes de energia.

Em Portugal existem lenhites, antracites, lenhas e urânio. De Norte a Sul do País existem recursos de hidroelectricidade, de energia solar, de energia eólica, da biomassa e de energia das ondas marítimas.

Apesar do potencial energético nacional estar mal determinado, admite-se como possível uma redução da taxa de dependência energética de 85% para 50% até ao ano 2000**.

Para isso torna-se necessário elaborar uma política energética que tenha em conta o futuro, em estreita relação com o Plano económico definido na Constituição da República, onde também se define a participação dos trabalhadores e da população.

A curto prazo será, nomeadamente, necessário:

- Assegurar o aproveitamento diversificado de matérias-primas energéticas através de acordos mutuamente vantajosos com países exportadores de petróleo e de carvão.

- Concretizar medidas de poupança e de conservação de energia, especialmente da proveniente de matérias-primas importadas. Incrementar o aproveitamento dos recursos nacionais, predominantemente os de fins múltiplos.

- Promover o pleno aproveitamento do potencial científico e técnico do sector energético.

- A utilização e gestão racional da energia como elevado sentido de responsabilidade devia ser acompanhada duma vasta acção de massas, considerando-se uma causa geral de todos os trabalhadores, dela dependendo o desenvolvimento harmonioso da economia nacional, a garantia das condições necessárias ao progresso sócio-económico de Portugal e a elevação do bem-estar do Povo Português.

* Relação percentual entre a diferença das necessidades globais e a produção interna e as necessidades globais.

** Investimento.

*** Consumo de 20 a 60 Mtep no ano 2000, determinado a partir do consumo de 8,162 Mtep verificado em 1977 e admitindo uma taxa de crescimento compreendida entre 5% e 10%.



Encontro das ORT's das Empresas Públicas e Nacionalizadas convoca concentração em defesa das nacionalizações

Mais de 200 mil trabalhadores de 44 empresas nacionalizadas estiveram representados por membros de Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais e dos Sindicatos e Federações, num Encontro realizado no passado dia 12 de Março, em Lisboa.

Nesse Encontro debateu-se a situação das empresas nacionalizadas face à ofensiva reacção do Governo AD.

A discussão apontou para a necessidade de reforçar a organização e mobilização dos trabalhadores e decidiu convocar uma Concentração em defesa das nacionalizações que se realizou no dia 24 de Março.

A unidade manifestada no Encontro que reuniu uma grande diversidade de posições verificou-se na

aprovação por unanimidade e aciação da Resolução Final e nas posições que apontaram os perigos que as empresas e os trabalhadores correm se não for travada a ofensiva reacção.

As pesadas consequências económicas para o país decorrentes da política destrutiva prosseguida pelo Governo contra as empresas nacionalizadas foram cabalmente demonstradas neste Encontro, no decurso do qual os membros das Organizações Representativas dos Trabalhadores revelaram um profundo conhecimento da realidade das empresas e da economia nacional, tendo apontado as medidas necessárias para promover o desenvolvimento económico e social do país, numa perspectiva de Independência nacional.





O Ano Inter do Defic

1981 foi declarado pela Assembleia Geral da ONU o ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE (AID). Ao fazê-lo, a ONU e, bem assim, as agências internacionais especializadas tais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) adoptaram várias declarações e recomendações com o objectivo de melhorar a situação dos DEFICIENTES (físicos e mentais), cujo número se calculava, no princípio de 1979, em 450 MILHÕES, em todo o Mundo. Essas recomendações vieram a constituir um PLANO MUNDIAL DE ACÇÃO que foi ratificado e, oportunamente, enviado a todos os governos com assento na ONU.

Em PORTUGAL, onde o número de deficientes se calcula em, pelo menos, UM MILHÃO, parte do levantamento das questões que a deficiência suscita foi realizado pelo I CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES (I CND) em Abril de 1980. As conclusões do I CND — obra exclusiva dos deficientes portugueses e das suas associações — e as recomendações da ONU e das agências internacionais especializadas, acima referidas, constituem, pois, documentos obrigatórios de referência para o Governo Português, quer em virtude da Constituição (artigo 71) — Direitos dos Deficientes), quer em razão das suas obrigações internacionais.

A deficiência e os deficientes constituem um problema social e, sem dúvida, político que afecta toda a sociedade, mas, em particular, os trabalhadores. Sabe-se — demons-



tra-se facilmente — que grande número de deficientes resulta da relação de trabalho. Lembremos que o 1.º Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho, realizado pela CGTP-IN em Lisboa, em 12-5-79, disse expressamente nas Conclusões Gerais:

“Com dados de 1976, os deficientes acidentados do trabalho atingiram um número superior a 500 mil, ao mesmo tempo que os doentes profissionais somavam mais de 100 mil. Os acidentados de trabalho e as doenças profissionais que ocorrem

anualmente são superiores a 800 000, mil dos quais são mortais e cerca de 100 000 ficam incapacitados para o resto da vida”. (Os sublinhados são nossos).

Fixamo-nos, por agora, neste último número. Mesmo que, para não restar qualquer dúvida, apenas metade destes acidentados passe a ser portador de incapacidades que restrinjam significativamente a sua vida profissional e pessoal, ainda assim 500 000 trabalhadores, vêm, todos os anos, engrassar as trágicas e numerosas fileiras dos deficientes,

Internacional eficiente



ou de má qualidade, os esforços físicos e os riscos de acidente e a falta de cuidados e meios de higiene e de vigilância atingem mais as mulheres trabalhadoras e de fracos recursos do que as outras. Do mesmo modo e somente a título de exemplo: a paralisia infantil e as deficiências que resultam de quedas, fracturas e outros acidentes traumáticos são muito mais frequentes entre quem não tem boas condições de saúde pública (água, esgotos, etc.) e de assistência — e estes são, como se sabe, os trabalhadores.

A quem mais convém que se amplie, descentralize e melhore a assistência sanitária e na primeira infância, a educação geral e especial, que são, como é sabido, reivindicações basilares dos deficientes (e dos seus pais) em todo o Mundo? A resposta é evidente.



de que já são cerca de metade (500 mil).

Mas são, igualmente, os trabalhadores e os seus familiares quem, de um modo geral, mais são atingidos pela deficiência, qualquer que seja a sua origem ou natureza. Bastará lembrar os acidentes pré-natais e de parto, que estão na base da paralisia cerebral e de outras deficiências e também as que resultam do raquitismo, da desnutrição ou de traumatismos nas grávidas. Ninguém ignora ou contesta que a alimentação escassa

PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE PLENAS

As classes economicamente mais favorecidas desenvolveram já estruturas privadas que as satisfazem razoavelmente mas a que a maioria dos trabalhadores não tem acesso em virtude do seu custo, da sua localização e do seu escasso número.

É, portanto, ainda aos trabalhadores que interessa a defesa desta reivindicações porque se dirigem aos seus familiares e, em última análise, a eles próprios.

Por razões históricas, por preconceitos sociais diversos e, até, por razões de ordem psicológica, os deficientes são, frequentemente, afastados do convívio dos outros e marginalizados no trabalho e na vida social. Uma vez é o próprio deficiente que se isola, é verdade. Mas as mais das vezes isolam-no ou afastam-no a falsa caridade, a protecção excessiva e, simples mente, a vergonha, mas também a sociedade agressiva que não quer reparar a sua dívida para com o deficiente, proporcionando-lhe trabalho, educação, transportes e, às vezes, a própria habitação e os lugares de recreio.

Como é que se poderá falar em PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE PLENAS? (lema do AID), em integração social, em suma, se esta situação não mudar?



O AID tem como objectivo mudar radicalmente tudo isto, fazendo do deficiente um cidadão integrado e igual aos outros. E se nem tudo pode ser feito imediatamente, alguma coisa se pode mudar já e programar para o futuro próximo.

Podem, por exemplo, mudar-se as leis injustas que limitam o acesso dos deficientes à educação, ao trabalho, aos cuidados de saúde. Foi recentemente proposta a constituição de um grupo parlamentar para o AID na Assembleia da República. O Parlamento foi unânime na aprovação da proposta. Pois que a Comissão funcione e que, rapidamente, e também por unanimidade, se possível, se revoguem as leis más e se aprovem leis boas. Revejam-se as tabelas de incapacidade e adaptem-se com justiça à realidade social que as incapacidades impedem. Revejam-se as pensões e outras compensações sociais aos acidentados e outros deficientes e legisle-se de modo a evitar-se-lhes o vexame de terem que viver sempre à custa de outrem. Que a Assembleia da República exija do Governo o cumprimento das leis já aprovadas (saúde, educação e outras) ou a aprová-las.

"MUDAR DE VIDA"

As conclusões do I CND contêm toda uma série de medidas realistas



apontadas pelos deficientes portugueses para "mudar de vida". Muitas delas requerem apenas "vontade política" para serem postas em prática. Exercendo-se essa "vontade política", cumprir-se-ão, em Portugal, os objectivos maiores do AID.

A organização dos deficientes não é, em geral, boa. Muitos deficientes (ou seus familiares) não estão associados e as próprias associações (quando existem) têm muitas dificuldades. Começam por ter dificuldades financeiras para subsistir porque, em geral, os próprios deficientes interessados não têm meios para pagar quotas ou somente podem pagar quotas muito pequenas. Isto cria dificuldades imensas, desde logo, para contactar os deficientes não associados e dinamizá-los para lutarem pelos seus interesses.

Ora, o cumprimento dos objectivos do AID não é possível sem que, também os deficientes ou os seus familiares, organizados em associações,



«Total Participação e Igualdade»

«Ao proclamar 1981 como Ano Internacional do Deficiente, a Assembleia Geral das Nações Unidas visava chamar a atenção para a necessidade dos deficientes usufruírem de direitos e oportunidades que garantam a sua total participação e integração na sociedade. O esforço para encontrar soluções para o problema dos deficientes deverá constituir uma parte integrante das estratégias nacionais de desenvolvimento. Há, portanto, que salvaguardar a participação de todos os Estados Membros assim como de organizações não governamentais de reconhecido mérito na preparação e efectivação do programa do Ano Internacional do Deficiente.»

Proclamação de Kurt Waldheim, Secretário Geral das Nações Unidas

cooperativas de educação, ou outros organismos, participem activamente nas suas realizações.

Os trabalhadores — deficientes ou não — porque têm outra capacidade de organização e de iniciativa, podem ajudar decisivamente os outros deficientes associando-se com eles e com eles melhorando a sua acção, quer a nível reivindicativo, quer da prestação de serviços, quer de outras formas.

As campanhas de sócios e de fun-

dos e as propostas sólidas para a integração dos deficientes no trabalho, no desporto, na cultura, não são possíveis sem a sensibilização, a solidariedade, a intervenção activa dos trabalhadores, deficientes ou não, repetimos.

Participar no AID deve, pois ser para os trabalhadores portugueses exigir e colaborar na redução — quando não a abolição imediata — das injustiças e das práticas sociais que levam à segregação dos deficien-

tes. Fazendo-o, os trabalhadores estarão defendendo os seus filhos e o seu próprio futuro. Não é, de modo nenhum um tema estranho aos seus interesses. O seu apoio é, por isso mesmo, necessário e indispensável a participação no AID, um acto de lucidez.

Henrique Leonor Pina
(Presidente da Direcção
da Associação Portuguesa
de Deficientes)

«Todos têm direito à protecção da saúde... O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito...»

C. R. P. art.º 64.º

A total incapacidade na resolução dos problemas dos trabalhadores e o desinteresse em pôr cabo às situações de injustiça com que se debatem os estratos mais desfavorecidos da população, torna-se manifesto através da análise do programa de saúde do Governo AD. Conforme fora oportunamente denunciado pela CGTP-IN, uma vez ultrapassado o processo eleitoral, a demagogia do Governo da AD aparecerá com a sua verdadeira face que seria caracterizada pelo comprometimento com o grande capital e com os sectores mais recuados da direita com que se identifica.

A máscara, no que diz respeito à saúde, rapidamente caiu e a factura aí está para ser paga pelos trabalhadores bem como pelos estratos mais carenciados do nosso povo.

Os preços de saúde a cargo dos SMS a vigorar desde 1 de Fevereiro passaram a ser:

- Consultas de \$500 para 25\$000 (-400%).
- Atendimento permanente de 25\$00 para 50\$00 (-100%).
- Visitas domiciliárias de 25\$00 para 100\$00 (-300%).
- Serviço permanente (domicílios) de 253\$00 para 100\$00 (-300%).

QUANTO AOS ELEMENTOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO, OS TRATAMENTOS DE RADIOTERAPIA E DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO ATÉ AGORA GRATUITOS PASSAM A TER OS SEGUINTE CUSTOS:

- Por cada análise clínica 20\$00.
- Por cada análise Anatomo- Patológica 100\$00.
- Por cada «RX» 100\$00; Micro 50\$00.
- Por cada requisição para medicina física e de reabilitação 75\$00.



POLÍTICA DE SAÚDE

QUE PERSPECTIVA

Com estes desmedidos aumentos, que diz pretender o Governo AD?

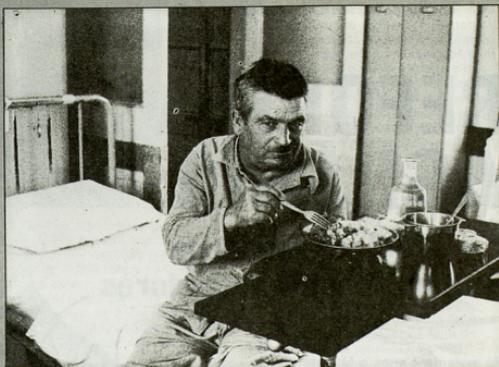
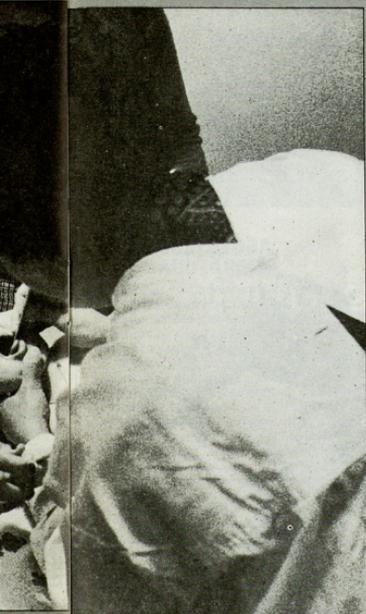
— Segundo palavras dos seus representantes o objectivo das novas taxas é a moralização do acesso aos cuidados médicos corrigindo a sua utilização desnecessária.

Não se preocupou, no entanto, o actual ministro dos Assuntos Sociais, dr. Carlos Macedo, em justificar o porquê da necessidade da referida moralização.

Para haver moralização considera-se existirem abusos na utilização dos serviços prestados pelos S.M.S., mas omite-se que estes atendem todos os que, por inexistência de serviços eficazes de medicina preventiva, designadamente no respeitante à saúde pública, são obrigados a ali se deslocar.

Sabendo-se que a utilização da medicina liberal e individualista só é permitida aos elementos economicamente mais desafogados da população, todos os outros, a imensa maioria a quem é vedado por falta de recursos o acesso à medicina privada, recorre aos postos dos S.M.S.

Para resolver os problemas existentes no campo da saúde, dispõe o Governo da Lei do Serviço Nacional de Saúde que já demonstrou não estar disposto a cumprir.



assegurar a igualdade de todos perante a medicina.

É evidente que só o Serviço Nacional de Saúde previsto na Constituição da República poderá dar resposta a este conjunto de objectivos.

Que pretende o Governo da AD?

Com estes aumentos a AD visa o pagamento de um novo serviço de prestação de cuidados na doença a cargo da chamada medicina convenccionada.

Isto será conseguido através da contínua degradação da prestação dos serviços a cargo dos S.M.S., agora mais caros, e do contínuo despejar de doentes para o sistema hospitalar, o que justificará a curto prazo recurso à medicina privada, paga pelo Estado e pelos utentes, ou seja duplamente paga pelos utentes, mas agora a ser prestada nos consultórios e com a designação de "medicina convenccionada".

Os Serviços Médico-Sociais estão altamente desprestigiados, não oferecem confiança a quem deles se vê obrigado a recorrer, mas isto deve-se à falta de vontade política em levar à prática a legislação existente no campo da saúde e não aos pretextos invocados pela AD e pelo seu comprometido Governo.

A política de saúde da AD, é a política de saúde da direcção da Ordem dos Médicos, que desde sempre se mostrou contrária a qualquer alteração, no campo da prestação de cuidados médicos, capaz de pôr em causa os privilégios adquiridos por um número restrito de profissionais(?), vulgarmente designados por barões da medicina.

É uma política inadequada aos



interesses da população, que implicam um encargo de largos milhões de contos, em grande parte desviados para os bolsos de um grupo, sem qualquer melhoria dos serviços nem das condições em que a assistência é prestada.

A existência de um Serviço Nacional de Saúde cujo objectivo seja o Homem, na sua integridade física e mental, no seu desenvolvimento corporal e intelectual, no seu bem-estar, terá de se impôr perante os que apenas visam a continuidade da exploração da situação de doença.

Aos trabalhadores e aos estratos mais desfavorecidos da população, principais interessados num verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, cabera a resposta.

ATIVAS?

O direito à saúde é conseguido através de uma eficaz prevenção da doença, o que implica, designadamente, a vigilância médica da gravidez e da primeira infância, vacinações, medicina escolar e universitária, medicina do trabalho, higiene e segurança do trabalho, prevenção dos acidentes do trabalho e dos acidentes de viação, luta contra os vários tipos de poluição, etc.

A prevenção pressupõe, portanto, exames de saúde, vacinas, ordenamento do ambiente, luta contra o tabaco, o álcool e as drogas e o esforço educacional necessário junto das populações, tendo em vista o seu apoio, para se atingirem os objectivos pretendidos.

No que diz respeito à medicina curativa, o que pressupõe a existência de doença, o objectivo a atingir é o da gratuidade dos tratamentos e o esforço no sentido de

REFORMA AGRÁRIA:

A resistência constrói a vitória dos trabalhadores

Há mais de 4 anos o Ministério da Agricultura, representando os interesses dos agrários e das forças mais retrógradas da sociedade, mantém uma sistemática agressão às UCPs — Cooperativas formadas pelos trabalhadores. Já utilizaram todas as formas de pressão: a asfixia econômica, cortando os créditos para investimento e para salários; o cerco da comercialização, proibindo a venda dos produtos florestais e principalmente da cortiça; a ausência de apoio técnico; a inexistência de uma política de preços e de comercialização; a manipulação dos meios de comunicação numa campanha de injúrias e falsidades contra os trabalhadores agrícolas e as suas organizações; a retirada de terras, de gados, de máquinas e dos equipamentos construídos; o envio da GNR preparada para acções de guerra, com cães e armas intimidatórias; a retenção do pagamento dos produtos produzidos pelas UCPs e Cooperativas; a prática de ilegalidades e a desobediência às ordens do Supremo Tribunal Administrativo.

CRIME CONTRA A ECONOMIA NACIONAL

Os prejuízos causados reflectem o grau de criminalidade praticada contra a economia nacional e contra as populações rurais que pela primeira vez na história tiveram emprego assegurado, garantias de salários e de



segurança social, alimentos ao alcance de todos. Das 550 UCPs/Cooperativas constituídas já foram destruídas ou inviabilizadas cerca de 200. Isto traduz-se imediatamente no desemprego de mais de 30 000 trabalhadores, principalmente mulheres e jovens. É preciso recordar que cada UCP funcionou como pólo de desenvolvimento da sua localidade. Abriu posto de vendas, talho, organizou o transporte para as crianças irem à escola. Muitas delas criaram supermercados, cooperativas de consumo. Outras construíram creches e casas de repouso para idosos. Com a dinamização de vida económica e social, as aldeias se desenvolveram. As autarquias, para onde foram eleitos os representantes dos trabalhadores, esforçaram-se para expandir as redes de água, electricidade e esgoto para estes novos núcleos habitacionais. Era o caminho do progresso aberto pelo próprio povo. Entretanto, o

Governo dos agrários, tudo fez para interromper este processo de desenvolvimento que vai da base para cima. Para os técnicos do MAP a serviço da CPA a única fórmula de desenvolvimento é a que vem recomendada pela CEE. Com este objectivo passaram a retirar as melhores terras às UCPs e Cooperativas. Já são mais de 500 mil hectares devolvidos aos agrários que nem sequer trabalham (ou contratam trabalhadores) para prosseguir a produção. Nos distritos de Évora, Beja e Portalegre tem-se conhecimento de 250 herdades devolvidas aos agrários e deixadas ao abandono. Em mais de 200 herdades a azeitona não foi apanhada e em alguns casos foi enterrada. Em consequência foram extintos 30 mil postos de trabalho. Em pleno período de seca, 75 barragens e abufeiras e 60 charcos, retirados à Reforma Agrária, ficaram abandonados. Algumas destas reservas de água foram criminosamente despejadas.



O GOVERNO DÁ COBERTURA A SABOTAGEM

Muitas herdades têm sido vendidas, várias delas a estrangeiros que, vítimas das pressões da CEE nos seus países de origem que acabam por expulsar pequenos e médios agricultores em benefício das multinacionais, vêm estabelecer-se em Portugal. Estes contam com os créditos e o apoio do MAP. As conclusões do Encontro de Culturas da Primavera/81 revelam: «O Governo, em vez de combater, consente e dá cobertura à sabotagem económica dos agrários alentejanos e ribatejanos e recomença os ataques repressivos contra a Reforma Agrária». Só no distrito de Évora 22 pomares, olivais e vinhas estão abandonados. Os gados seleccionados e criados nas UCPs/Cooperativas são roubados — como por exemplo na UCP de Seda de onde a GNR, a mando do MAP, retirou 2000 cabeças, e tantos outros casos. No distrito de Évora, segundo levantamento efectuado pelos trabalhadores, cerca de 1 000 bovinos, 6 000 ovinos e 250 porcas criadeiras foram desbaratadas pelos agrários. Os prejuízos de tal política liquidacionista far-se-ão sentir a curto e médio prazo com a queda da produção e de carne, leite e derivados. O MAP recolhe os produtos das UCPs e Cooperativas e não paga. São milhões de contos que deve pelos cereais, cortiças, gados, máquinas, etc. — como exemplo citamos alguns casos dentro muitos: à UCP Margem Esquerda deve 52 mil contos; à UCP A Luta é de Todos deve 50 mil contos; à UCP Terra de Catarina deve 12 mil contos, etc. Os agrários, protegidos pela política do Governo AD negam os salários exigidos pela lei. Só em 3 conselhos do distrito de Beja, os trabalhadores levaram a tribunal 41 agrários que não lhes querem pagar o trabalho efectuado, num valor superior a 4 000 contos. O Governo AD numa política de caça

aos votos distribuiu alguma terra das UCPs a pequenos agricultores. Dos 500 mil hectares retirados, apenas 30 000 foram para esta forma de retalhação. Na maioria dos casos não se tratava de pequenos agricultores, mas sim de pessoas que exerciam outras actividades: compradores de gado, sapateiros, comerciantes, bancários, médicos, etc. Aqueles que eram mesmo pequenos agricultores e seareiros o MAP arranhou maneira de os expulsar pouco tempo depois. Tal foi o caso da herdade de Gasparães, em Ferreira do Alentejo, retirada aos 18 seareiros que ali estavam como rearendos.

O MAP DESAFIA OS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL

Não contentes com as formas de pressão e sabotagem, o MAP tem cometido inúmeras ilegalidades. Os trabalhadores já interuseram centenas de processos-crime contra o MAP nos tribunais. Apesar da lentidão do processo judiciário, algumas vitórias foram alcançadas. Por exemplo os casos em que o Supremo Tribunal Administrativo determinou a suspensão de vários actos ordenados pelo MAP contra as UCPs 1.º de Maio da Gambia, Sesenaria e Vale da Balsa do Montijo, 1.º de Maio de Avis, Resistência de Ponte Sor, Bento Gonçalves, etc. A deliberada acção ilegal do MAP fica comprovada, por exemplo no caso relativo à UCP Agrícola Liberdade (Seda — Alter do Chão) que depois de obter no dia 11-12-80 o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, anulando o despacho do Secretário de Estado da Estruturação Agrária de 17-11-79 que concedia uma reserva de 7 000 pontos até um máximo de 500 ha aos herdeiros do agrário Francisco Xavier Barreto Caldeira Castelo Branco, recebeu um novo ofício do MAP dando início a outro processo de entrega de reserva aos mesmos beneficiários. O MAP desafia os próprios acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

Os prejuízos são muitos e de efeitos muito profundos. Entretanto os trabalhadores resistem. Têm-se organizado em manifestações para a denúncia do desemprego e dos crimes cometidos contra a Reforma Agrária. Têm vindo em delegações a todos os órgãos do poder, com as suas reivindicações. Têm continuado a defender e melhorar a produção das terras que ainda estão nas suas mãos. São cerca de 700 mil hectares distribuídos pelos 5 distritos da zona de intervenção. São cerca de 300 UCPs que se mantêm firmes como o germe da Reforma Agrária que algum dia há-de retomar o seu curso ampliando os seus benefícios. Os trabalhadores continuam a dar o exemplo da sua capacidade de gestão. A UCP 1.º de Maio de Avis, por exemplo, apesar da falta de crédito e da retirada de terras, manteve os seus 501 postos de trabalho e elevou a produção agropecuária de 1979/80; o trigo passou de 1603 659 quilos para 1 811 369; a cevada distica de 32 932 quilos para 248 121; o tomate de 2653 075 quilos para 3016 807, etc. Foram introduzidas novas culturas como a tremocilha, o tabaco, a ervilha e o sorgo. Aumentaram o rebanho com a compra de 1 500 ovelhas, 200 vacas turinas, 120 cabras, 15 porcos e 160 novilhos de engorda. Tudo fazem para evitar os despedimentos. Outro exemplo de êxito é a UCP Trabalho e Paz da Amareleja. Antes tinham 9546 ha. O MAP retirou-lhes 2782 ha. Entretanto, os trabalhadores redobram os esforços e este ano têm mais trigo semeado e mais gado. Além disso fizeram investimentos em máquinas e obras de regadio. Tal como estas UCPs muitas mais podem apresentar um balanço positivo das suas actividades que vem compensar os roubos determinados pela política de saque dos agrários. Esta é a forma concreta de resistência que tem levantado uma barreira aos desmandos governamentais. O exemplo de dedicação e tenacidade tem traído todos os democratas nacionais e internacionais que conhecem a Reforma Agrária portuguesa. Essa solidariedade apresenta os seus frutos nas mais variadas formas de defesa, desde a jurídica nos tribunais até às acções políticas e de massas. É com a unidade de todos os trabalhadores, de todos os democratas, que a Reforma Agrária retomará o seu curso contando então com a experiência de gestão e de organização que imprimirão uma nova velocidade ao processo.

PRÉMIOS

SORTEIO ASSINANTE

1 viagem a um país socialista
para 2 pessoas

CONCURSO ANGARIADOR

1 viagem a um país socialista
para 2 pessoas

SORTEIO LEITORES

- 1.º Prémio — Louça de Marinha Grande
- 2.º Prémio — 1 máquina de calcular de bolso.
- 3.º Prémio — 1 assinatura anual da revista «Alavanca».



(IN) JUSTIÇA DO TRABALHO

Vencedores do Sorteio Mensal Relativo à revista n.º 43

- 1.º Prémio
Mário de Lurdes Amorim da Silva
Berrus Alves da Silva — V. Castelo
- 2.º Prémio
António Jorge Carvalho Oliveira —
Matosinhos
- 3.º Prémio
José da Luz Saramago — Barreiro

MAIO/81

Nome
Morada

CUPÃO — SORTEIO MENSAL

28

ALAVANCA N.º 44

DOIS SORTEIOS E UM CONCURSO

Excelentes prémios para quem divulga, assina e lê a «Alavanca»

Com o objectivo de promover a venda e assinatura da Revista ALAVANCA, a CGTP-IN leva a efeito dois sorteios e um concurso para os leitores de seu órgão Central. Um concurso dirigido aos potenciais angariadores de assinaturas, um sorteio entre todos os assinantes e outro sorteio entre todos os leitores. Que fazer para poder participar?
É mais simples do que o leitor possa imaginar!

CONCURSO PARA ANGARIADORES DE ASSINATURAS

Vence quem até ao final de 1981, tiver angariado o maior número de assinaturas

COMO PARTICIPAR

No interior de cada revista os concorrentes encontram 16 cupões (8 em cada página), sendo 8 cinzentos e 8 pretos.
No acto da angariação da assinatura 1 dos cupões pretos, depois de preenchido, é entregue ao novo assinante e treco da importância em dinheiro correspondente à assinatura.
Em seguida o angariador recorta um cupão cinzento que, depois de preenchido e colado num bilhete postal é enviado juntamente com o dinheiro da assinatura à redacção da ALAVANCA, Rua Victor Gordon, 1, 2.º — Lisboa.
Em cada revista, o angariador tem à sua disposição 16 cupões para 8 assinaturas.
Em 30 de Dezembro de 1981 termina o prazo para a entrega de assinaturas. No dia 31 de Dezembro será anunciado o nome do concorrente que conseguiu angariar o maior número de assinaturas. Entretanto, iremos anunciando nas várias edições da revista, os nomes dos concorrentes que se encontram nas três primeiras posições.

SORTEIO PARA ASSINANTES «ALAVANCA»

No dia 31 de Dezembro serão sorteadas três assinaturas que terão direito a receber os três prémios anunciados.
Ao primeiro nome extraído corresponderá o 3.º prémio; ao segundo nome o 2.º prémio e ao terceiro nome o 1.º prémio.

SORTEIO PARA OS LEITORES «ALAVANCA»

Este sorteio é mensal e destina-se a todos os leitores do «ALAVANCA».

COMO PARTICIPAR

Compre uma revista «ALAVANCA» e abra-a na página do Concurso. No canto inferior esquerdo encontrará um cupão que, depois de preenchido e colado num bilhete postal, deverá ser enviado à redacção da revista, Rua Victor Gordon, 1, 2.º — Lisboa.
No último dia de cada mês e de entre os cupões recebidos será feita uma extração dos três leitores premiados do mês.
Ao primeiro cupão extraído corresponderá o 3.º prémio; ao segundo cupão o 2.º prémio e ao terceiro cupão extraído o 1.º prémio.

NOTA: Se o último dia de cada mês não for dia útil, o sorteio realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte.
Tanto o concurso como os sorteios são exclusivamente destinados a pessoas individuais, estando portanto vedadas às organizações sindicais, mas naturalmente abertas à participação dos dirigentes e funcionários considerados individualmente.
A extração de todos os prémios é pública e realiza-se, nas datas indicadas, na sede da CGTP-IN, às 10 horas de manhã.

Há sete anos, em ABRIL

Abriu-se em manhã de vida nova a madrugada, grávida de futuro semeado durante quase meio século. Foi há sete anos, em Abril, num dia cedo amanhecido. E o povo abriu cortinas densas de escuridão, descendo à rua (contra a prudência recomendada) para conhecer o rosto do dia novo, só em sonho adivinhado. E na rua encontrou soldados, parteiros dessa manhã. E lançou-lhes cravos vermelhos, que floriram as espingardas. Festejava-se o dia primeiro dum tempo novo a edificar. O povo corria às fortalezas, a escorraçar opressores e libertar oprimidos; recebeu ainda no corpo mártir as últimas balas do desespero vingativo, mas uma claridade radiante começava a inundar a cidade, o país. A avançada sabia a sol. Foi um dia, foram dias de prodígio: seu eco, muitas vezes deturpado (rosto do dia desfigurado), chegava às povoações remotas do país macrocéfalo. Chegou Maio em liberdade, inédito: mulheres e homens de todas as idades e muitas, muitas crianças, invadiram ruas e praças, de si e de cantos, de flores e bandeiras. Festejava-se Maio e Abril, a Libertação. Trabalhadores, vários deles fardados, formaram numeroso exército que reconquistava o país em batalhas de justiça e razão; batalhas irmãs das de povos irmãos, subjugados pelo regime defunto em guerras que feriam também nossa carne. Aquele dia (25) de Abril ficou-nos na memória e no calendário como Dia da Liberdade. As conquistas desde então alcançadas, ficaram na Constituição, datada também de Abril, dois anos idos. Mas nem tudo foi claridade, nem tudo cravo vermelho. Em Abril e Maio de agora, em regime democrático-constitucional, governam-nos herdeiros dos opressores do passado, encarniçados contra as conquistas revolucionárias, em golpes de manhã velha. Em 7 de Dezembro último, o povo optou pelo dia e contra a noite. E continua semeando futuro, engravidando madrugadas, neste Abril/Maio de agora, na adversidade. Dizendo não e lutando, em luta longamente aprendida. Com Abril de há sete anos, cravo-sangue, a correr nas veias. Tomou forma e peso, entretanto, é certo, um fardo de cansaço, que nos assenta, quase esmagador, sobre os ombros. E dói. A memória resistente de Abril, porém, é força dentro de nós, razão de não se vergar.

E. F.



ALIANÇA internacional



Manifestação do 1.º de Maio de 1937 em Londres: «Apoiar o povo espanhol na luta contra o fascismo»

O 1.º de Maio é Solidariedade

O 1.º de Maio é o dia Internacional dos Trabalhadores de todo o mundo. Esta data tem a sua origem histórica no 1.º de Maio de 1890 e na luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho para 8 horas (8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas de sono) que à custa de muitos sacrifícios vem sendo conquistada praticamente em todo o mundo. Mas o 1.º de Maio simboliza ainda e sobretudo o dia em que, pela primeira vez, ultrapassando as fronteiras, em todos os países e em todas as cidades, no mesmo dia combinado, os trabalhadores manifestaram as suas reivindicações, gritaram as suas esperanças e a sua fé em dias

melhores e num mundo mais justo e mais fraterno. O 1.º de Maio suplantou em dimensão humana e em abnegação todas as datas importantes da Humanidade. O 1.º de Maio é solidariedade. Solidariedade entre todos os trabalhadores de um mesmo país, qualquer que seja a sua profissão ou local de trabalho, solidariedade entre todos os trabalhadores, quaisquer que sejam os países onde se encontram.

Regado com o sangue dos seus mártires, o 1.º de Maio é, desde então, comemorado em todo o mundo pelos trabalhadores. Nos seus grandes desfiles coloridos, bandeiras vermelhas ao vento, ou nas prisões e nos

campos de concentração para aqueles que, vivendo sob regimes despóticos, estão privados de liberdade. O 1.º de Maio, desde então, em todas as circunstâncias, nunca deixou nem deixará de ser comemorado.

Em El Salvador, apesar da repressão feroz, os combatentes pela liberdade prepararam-se neste momento preciso para comemorar o 1.º de Maio. Em La Paz, Santiago do Chile, Joanesburgo ou Istambul, os tanques e as armas assassinas que vitimaram tantos irmãos de classe não farão recuar os trabalhadores que sairão à rua gritando as suas palavras de ordem e a sua cólera. Assim acontecerá também entre nós. Nos campos e nas cidades, em manifestações de rua, através de uma simples tarjeta ou inscrição mural, sempre os trabalhadores portugueses comemoraram este dia, apoiados pelos seus irmãos de classe que, noutros países, lutando pelas suas reivindicações, manifestavam também o seu apoio e a sua certeza na nossa vitória contra o fascismo. E assim sucedeu! Graças à nossa luta e à solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo o fascismo foi derrubado, o 25 de Abril abriu novas perspectivas para todo o povo português e para as gerações vindouras. Com a nossa libertação outros povos se libertaram, a frente unida dos trabalhadores em todo o mundo ganhou mais um elo, mais uma estrutura sindical coesa e solidária: a CGTP-IN.

Assim, e apesar das nossas próprias dificuldades, a CGTP-IN e os trabalhadores portugueses não faltaram aos seus deveres e à solidariedade activa para com os seus irmãos de classe doutros países. Por outro lado, face à subida da tensão no mundo e ao incremento da corrida aos armamentos que o imperialismo tem fomentado, os trabalhadores deverão redobrar os seus esforços em defesa da Paz, do Desarmamentista e para que Portugal não se transforme num depósito de armamento nuclear.

O internacionalismo, característica permanente da luta dos trabalhadores, estará uma vez mais bem presente neste 1.º de Maio de 1981 e em todas as acções que a CGTP-IN projecta levar a cabo no sentido de incrementar a solidariedade com todos os povos e trabalhadores que lutam pela liberdade, pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo.

SOLIDARIEDADE COM OS POVOS EM LUTA

NO 1.º DE MAIO DESTA ANO CONTAREMOS COM A PRESENÇA DE 12 DELEGAÇÕES SINDICAIS DE OUTROS TANTOS PAÍSES CUJOS POVOS TÊM QUE ENFRENTAR SITUAÇÕES PARTICULARMENTE AGUDAS NO PLANO POLÍTICO, MAS TAMBÉM ECONÓMICO E SOCIAL. ALGUNS DADOS (1) REFERENTES A ESSAS SITUAÇÕES PERMITIRÃO AO LEITOR E AO ACTIVISTA SINDICAL UM CONHECIMENTO TANTO QUANTO POSSÍVEL DETALHADO DO DRAMA QUE ELES ENFRENTAM.



Intervenção policial em Soweto



Trabalhar e defender

ÁFRICA DO SUL

Território: 1 221 037 km² de superfície.

População: 24 480 000 habitantes, na sua maioria negros (68%).

População activa: Cerca de 9 624 000 estando 24% ligada ao sector agrícola.

PNB: em 1977 foi de 36 180 milhões de dólares (9% sector agrícola, 23% indústria, 68% serviços).

Analfabetismo: 43%.

Saúde: 1 médico para cada 400 brancos e 1 médico para cada 44 000 negros.

A República da África do Sul é um Estado que pratica oficialmente o regime de Apartheid (discriminação racial). Os negros, apesar de constituírem a maioria da população, para além de serem segregados em todos os aspectos, estão impedidos de elegerem os membros do Parlamento e não podem acceder a nenhum cargo da administração do Estado.

Sobre a maioria negra se abate uma sanguinária ditadura que tem encarcerado, torturado e assassinado milhares de patriotas, que sob a liderança política do ANC (Congresso Nacional Africano) combatem o odioso regime.

Os trabalhadores sul-africanos contam ainda com uma prestigiada Central Sindical Unitária, a SACTU (Congresso Sul-Africano dos Sindicatos) que une e organiza os trabalhadores nas suas lutas pelo fim do regime do apartheid e pelo progresso social.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Território: 1 246 700 km².

População: 6 900 000.

População activa: 1 801 000 (60% agrícola).

Saúde: 1 médico para cada 15 176 habitantes.

Analfabetismo: 97%. Não obstante as imensas tarefas que se impõem ao povo de Angola (nomeadamente a defesa e salvaguarda do território pátrio face aos ataques perpetrados pelos racistas sul-africanos) a República Popular de Angola tem obtido êxitos assinaláveis em matéria da luta contra o analfabetismo e contra a pesada herança colonial neste domínio. Em 1980 a UNESCO galardoou a República Popular de Angola pelo seu esforço neste domínio.

Economia: 1 980 milhões de dólares de PNB (49% agricultura, 23% indústria, 28% serviços).

Até ao 25 de Abril colónia de Portugal, a jovem República Popular de Angola tem uma população de 6 900 000 habitantes para um território de 1 246 700 km² de superfície. Nitidamente escassa em relação ao seu território, a população angolana foi sendo, ao longo dos séculos de dominação colonial, arrancada à sua terra pelos traficantes de escravos ou dizimada pelo colonialismo e sobre-

tudo a partir de 1930 com o Acto Colonial de Salazar e Marcelo Caetano. Uma exploração feroz e sistemática da mão-de-obra africana (trabalhos forçados) aliada a uma «sábã» política de saúde e assistência mataram muitos angolanos ao longo do mais recente período colonial a que o 25 de Abril pôs fim.

A República Popular de Angola após duas guerras de libertação (1.ª guerra de libertação contra o colonialismo e a 2.ª guerra de libertação contra os invasores sul-africanos e zairenses e os grupos fantoches por eles apoiados da Unita e da FNLA), atravessa uma fase de reconstrução nacional não insenta de imensas dificuldades e carências. A pesada herança colonial, ao esforço de guerra consentido pelo povo de Angola, juntam-se os actos criminosos perpetrados pelos racistas sul-africanos que assassinam a população indefesa e atingem objectivos económicos vitais para o povo angolano.

Os trabalhadores angolanos contam com uma forte e experimentada central sindical, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), que está implantada em todos os sectores da economia do país, e que mobiliza os trabalhadores angolanos nas tarefas prioritárias da reconstrução nacional na perspectiva do socialismo.



Golpe militar



O que as telenovelas não dizem

BOLÍVIA

Território: 1 098 581 km² divididos em 3 regiões: zona de planalto de economia mineira, rodeada por duas ramificações da cordilheira dos Andes e é onde se encontra a maioria da população; zona Leste mais baixa, essencialmente agrícola e a zona do Nordeste que confina com a Amazônia brasileira.

População: 5 430 000 habitantes, na sua maioria quechuas e ayuraráis (53%) descendentes daqueles que construíram o grande império dos Incas. 22% da população é mestiça e uma minoria de origem europeia que, no essencial, constitui a classe dominante.

População activa: 1 567 000 (52% na agricultura).

Saúde: 1 médico para cada 2 097 habitantes.

Analfabetismo: 37%.

A situação política da Bolívia sofreu uma brusca alteração no decorrer do ano anterior. Vivendo embora um momento particularmente difícil, a Bolívia em 17/7/80 foi mergulhada num banho de sangue.

O general Luis García Meza, com a ajuda dos militares, dissolveu o Parlamento, proibiu os partidos políticos, fechou a Universidade, ilegalizou a sua central sindical a COB (Central Obrera Boliviana), (tendo a sua sede sido demolida e transformada num parque de estacionamento para automóveis), prendeu, assassinou e desterrou milhares de patriotas bolivianos.

BRASIL

Território: 8 511 965 km². É o país com maior território da América Latina. O território brasileiro divide-se em 3 regiões: Selva Amazônica, o Nordeste (a região mais pobre do Brasil) e o Sul.

População: 118 650 000. No ano 2000 serão 200 milhões.

População activa: 36 609 000 (41% na agricultura).

Saúde: 1 médico para cada 1 646 habitantes.

Analfabetismo: 34%.

Economia: 157 896 milhões de dólares de PNB (12% agricultura, 37% indústria, 51% serviços).

PNB per capita: 1 360 dólares. Os 20% mais pobres da população recebem 3% da receita nacional enquanto que os 5% mais ricos ficam com 35%.

Desde 1964 que o Brasil vive submetido a um regime ditatorial após o golpe que pôs termo ao governo de João Goulart. Apoiados pelos Estados Unidos da América, os novos «donos» do Brasil encerram os sindicatos, proíbem as greves, suprimem as liberdades políticas.

A repressão será desde então institucionalizada no Brasil. A partir de 1978 o regime começou a aparecer com uma nova configuração, dando indícios de uma aparente abertura.

Não tendo mudado no essencial, o regime brasileiro - devido à pressão popular e internacional, foi obrigado a decretar em Agosto de 1979 a lei da Amnistia que permitiu o regresso ao país de centenas de dirigentes políticos e sindicais, figuras destacadas da cultura e das artes brasileiras. Obrigado pela população a importantes cedências, o regime brasileiro na sua nova maquiagem não deixa de revelar o seu verdadeiro carácter sempre que a pressão popular se acentua no sentido de consolidar ou conquistar as liberdades democráticas mais elementares. As greves gigantescas na cintura industrial de S. Paulo e a resposta brutal do governo negando aos trabalhadores os mais elementares direitos sindicais, revelam até onde está disposto a ir o regime do Presidente João Batista Figueiredo.

EL DERECHO A EN LA PROPIA



CHILE VENE

CHILE

Território: 756 945 km².

População: 10 920 000.

População activa: 3 440 000 (20% agricultura).

Saúde: 1 médico para cada 2 184 habitantes.

Analfabetismo: 12%.

Economia: 12 296 milhões de dólares de PNB (agricultura 10%, indústria 29%, serviços 61%).

PNB per capita: 1 160 dólares. Os 20% mais pobres recebem 4,8% do rendimento nacional, enquanto que os 5% mais ricos ficam com 31%.

O Chile está submetido desde 1973 a uma das mais ferozes ditaduras fascistas. O general Augusto Pinochet em 11 de Setembro de 1973 liderou um golpe militar dos sectores mais reaccionários do exército chileno. Com o apoio da CIA, de Washington e das empresas multinacionais, o general Pinochet pôs fim ao regime democrático chileno, assassinando no Palácio de la Moneda o Presidente Salvador Allende; prendeu, torturou e assassinou milhares de chilenos, na sua maioria trabalhadores e estudantes. Milhares de outros chilenos foram considerados oficialmente desaparecidos, embora se recie que na realidade tenham sido exterminados pelos militares fascistas chile-

RECHTO A VIVIR
PROPIA PATRIA



VENCERÁ

nos. Todas as conquistas dos trabalhadores e do povo chileno obtidas durante o Governo de Unidade Popular foram postas em causa pelo regime de Augusto Pinochet. Batendo todos os recordes mundiais da inflação mais elevada, com a indústria e o comércio em contínua degradação, a população chilena passa fome e conhece índices de desemprego nunca outrora conhecidos no Chile.

O crescente isolamento da Junta fascista tem estado na origem de uma série de tentativas (sugeridas e apoiadas pelos EUA) no sentido de aparentar uma face mais liberal. No entanto estas manobras têm sucessivamente fracassado e a última delas, apesar de ter "legalizado" a permanência de Pinochet no Poder até ao fim do século, não deixou de ser mais uma derrota da ditadura uma vez que o povo e todos os partidos políticos a condenaram.

A Central Única de Trabalhadores (CUT) é a organização sindical unitária dos trabalhadores do Chile, que apesar de proibida desde 1973 e de enfrentar a mais dura repressão, continua infatigavelmente a sua luta em defesa dos trabalhadores chilenos, pelo fim do fascismo, pelo regresso à liberdade.



Massacre em frente da Catedral de El Salvador

EL SALVADOR

Território: 21 041 km². O mais pequeno país da América Central tem no entanto a maior densidade populacional.

População: 4 350 000 habitantes.
População activa: 1 359 000 (52% na agricultura).

Saúde: 1 médico para cada 3 820 habitantes.

Analfabetismo: 38%.

Economia: 2 310 milhões de dólares de PNB (30% agricultura, 21% indústria, 49% serviços).

PNB per capita: 550 dólares. Os 20% mais pobres da população recebem 2% do rendimento nacional enquanto que os 5% mais ricos ficam com 38%.

El Salvador vive actualmente uma autêntica guerra de libertação. Na verdade, e desde 1979, ano do golpe promovido pelo Departamento de Estado Norte-Americano que colocou no poder a Junta cívico-militar, que as organizações de vanguarda se encontram unificadas em aliança com todas as forças democráticas e progressistas e de oposição em geral, numa ampla frente de combate à sangüinária ditadura dos grandes grupos oligárquicos nacionais apoiados pelos EUA.

Por volta de Setembro de 1980, El Salvador vivia já um clima de guerra civil, com dezenas de mortos diários, e massacres brutais praticados pelas forças de Junta e grupos terroristas fascistas. Calculam-se em mais de 100 mil os opositores do regime que terão já sido assassinados para "pacificar o país", expressão da Junta para designar os massacres que comete.

Da administração Reagan não restam dúvidas — está disposta a criar mais um Vietname. Dos patriotas salvadorenhos unidos em torno da Frente Democrática Revolucionária, também só uma certeza — a luta até à vitória final e ao derrube da ditadura.



Erguer um País novo

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Território: 783 030 km². Atravessado por grandes rios no sentido leste-oeste, servindo de saída para o mar aos países com que faz fronteira. Destaca-se o Zambeze onde se situa a barragem de Cabora-Bassa.

População: 10 200 000 habitantes em 1979. Há 7 grupos étnicos principais.

População activa: 3 766 000 dos quais quase 70% se dedicam à agricultura.

Saúde: 1 médico para cada 16 782 habitantes.

Analfabetismo: 89% em 1977.

Tendo alcançado a independência em 25 de Junho de 1975, depois de 11 anos de luta armada contra o colonial-fascismo português, a República Popular de Moçambique surge hoje como um dos países de vanguarda na luta contra o colonialismo e o racismo na África Austral. Fazendo parte dos países da linha da Frente, encerrou as suas fronteiras à então Rodésia racista, cumprindo integralmente as decisões de boicote da ONU.

O apoio à Frente Patriótica do Zimbábue deu um contributo decisivo para a libertação do Zimbábue e para o isolamento cada vez maior da África do Sul, na região, o que recentemente tem custado à República Popular de Moçambique ser vítima de brutais ataques armados do regime racista de Pretória, a exemplo do que acontece com a República Popular de Angola.

No plano interno, e sobretudo depois do 3.º Congresso da FRE-LIMO de 1977 em que se definiu o socialismo como meta, avançou-se para o apoio generalizado às aldeias comunais na agricultura, organizando a produção colectiva, e nacionalizando sectores chave do país, como o ensino, a assistência médica, a banca e várias empresas transnacionais.

A estrutura sindical substancialmente nos Conselhos de Produção a nível de cada empresa, coordenados a nível nacional por um Conselho Nacional de Implementação desses órgãos de trabalhadores.



A ocupação sul-africana

NAMÍBIA

Território: 824 269 km². Na sua maior parte desértico tem, apesar disso, algumas concentrações populacionais importantes no norte, onde chove mais abundantemente, junto à fronteira com a República Popular de Angola.

População: 1 325 000 habitantes em 1977.

População activa: 306 000. Destes mais de metade dedicam-se à agricultura.

Saúde: 1 enfermeira branca para 125 brancos e 1 enfermeira negra para 550 africanos.

Educação: Há segregação. Em 1968 só 2% dos africanos atingia o ensino secundário. Em 1973 só havia em todo o país 10 africanos formados. O analfabetismo rondava os 62% em 1977.

Desde 1947 que a África do Sul anexou na prática o território da Namíbia, apesar da oposição das Nações Unidas. Em 1966 a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) resolveu iniciar a luta armada de libertação por terem

falhado todas as pressões jurídicas.

Em 1968 a ONU proclama finalmente a ilegalidade da ocupação do país por parte da África do Sul.

Com um potencial mineiro bastante grande e com uma situação geográfica privilegiada (na Rota do Cabo), reveste-se de interesse essencial para o imperialismo e para os seus servidores sul-africanos que têm levado a cabo massacres do povo namibiano e agressões incontáveis contra a República Popular de Angola, que tem apoiado solidariamente a luta do povo da Namíbia.

Não faltou também uma «chapelada» eleitoral em Dezembro de 1978, que a África do Sul realizou sem observadores das Nações Unidas, e com o território ocupado pelas tropas racistas, impedindo a participação da SWAPO.

Mas a luta continua também a nível sindical; os trabalhadores namibianos constituíram já a sua central sindical a NUNW (União Nacional dos Trabalhadores da Namíbia).



NICARÁGUA

Território: 139 000 km². É o país mais extenso da América Central, com importantes sistemas montanhosos e dois grandes lagos, o Manágua e o Nicarágua.

População: 2 480 000 habitantes em 1979 — 71% são mestiços.

População activa: 737 000. 45% dedicam-se à agricultura.

Saúde: 1 médico para cada 1562 habitantes.

Analfabetismo: 50% em 1980.

País cuja história deste século se tem confundido com a luta anti-imperialista. Já em 1926, Augusto Sandino, general de origem camponesa, resistiu à frente de um exército popular de 3 mil homens, durante mais de 6 anos, a 12 mil «marines» norte-americanos.

Os «yankees» foram forçados a abandonar o país mas deixaram a famigerada «Guarda Nacional» que a «dinastia» dos Somoza comandou e utilizou até 19 de Junho de 1979, data da entrada triunfal em Manágua das



A Central Sindinista de Trabalhadores na luta contra o analfabetismo

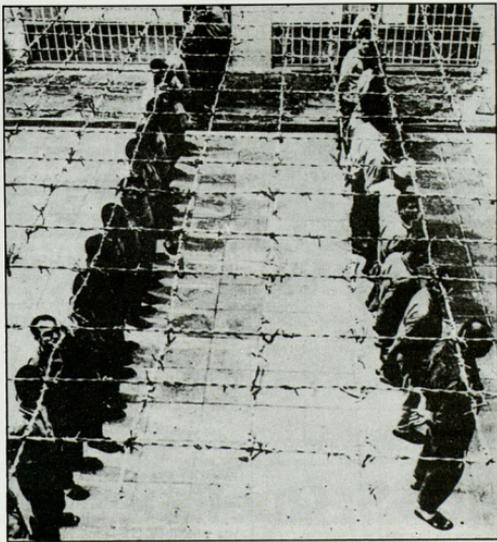
forças da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLM).

A libertação da Nicarágua e o derube de Somoza custaram ao povo nicaraguense enormes sacrifícios e milhares de mortos de entre os seus melhores filhos.

Vencidos o fascismo e os seus apoiantes imperialistas, são nacionalizadas as terras e propriedades industriais da família Somoza, que só à sua conta controlava mais de 40% da economia.

Neste primeiro ano de revolução foram já dados passos muito significativos, com especial destaque para grandes campanhas de alfabetização e de assistência médica generalizada e a reconstrução da economia destruída pela guerra.

A Central Sandinista de Trabalhadores (CST) é a estrutura sindical mais importante do país e desenvolve presentemente esforços para agrupar numa plataforma de unidade nacional todas as organizações sindicais da Nicarágua.



Presos políticos palestinos numa prisão israelita

PALESTINA

Território: 27 000 km² dos quais 20 000 estão na posse de Israel que exerce ainda controlo sobre os 7 000 restantes, constituídos pelas faixas de Jerusalém, Cisjordânia e Gaza.

População: O povo palestino é de origem árabe. Dentro das fronteiras do território ocupado vivem cerca de 3 700 000 judeus (na sua maioria emigrantes procedentes da Europa) e 650 000 árabes palestinos. Para além destes, há ainda cerca de 3 800 000 árabes palestinos espalhados por vários países árabes e mesmo noutros continentes.

É em 1920 que a Palestina é colocada sob tutela jurídica da Grã-Bretanha. Londres adia deliberadamente durante anos a auto-determinação dos palestinos. Com as perseguições aos judeus e o período da guerra, ganha força a doutrina «sionista», que embora apenas supostamente anti-britânica gozava do apoio das grandes potências capitalistas e visava introduzir uma cunha numa área hostil, através da transferência maciça de imigrantes judeus da Europa para a Palestina.

Em 1948 Israel declara-se Estado independente e até 1973 anexa os restantes territórios palestinos. A política oficial do sionismo foi já condenada múltiplas vezes, incluindo nas próprias Nações Unidas que em 1975 afirmaram - ser o sionismo uma força de racismo e de discriminação racial.

A criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1964, dirigida por Yasser Arafat, contribuiu decisivamente para o avanço da luta de libertação do povo palestino e para o isolamento dos sionistas. O objectivo principal da OLP é a criação de «um Estado único onde cristãos, judeus e muçulmanos vivam na justiça, na igualdade, na fraternidade e no progresso».

Presentemente a OLP é reconhecida por o maior número de Estados do que aqueles que têm relações diplomáticas com Israel, cujo apoio principal provém dos Estados Unidos.

A GFPTU (Federação Geral dos Sindicatos da Palestina) é a central sindical dos trabalhadores palestinos.



Prisão de A. Bastürk,
Presidente do DISK

TURQUIA

População: 45 000 000.

População activa: 5 000 000 (60% na agricultura, 13% na indústria e 15% nos serviços).

Desemprego: Estimado em cerca de 25%.

Emigração: 1 milhão de turcos emigrados na Europa.

PNB: 20% da população recebe 56,5% enquanto 80% da população divide o resto.

Taxa de inflação: mais de 100%.

A 12 de Setembro de 1980 um golpe militar dirigido pelo general Evren suspendeu todas as liberdades públicas, dissolveu o Parlamento, procedeu a milhares de encarceramentos e suspendeu todas as garantias constitucionais.

Dizendo «querer salvar a democracia» os generais turcos suspenderam a DISK (a central sindical mais representativa, e tal como a CGTP-IN sem filiação internacional), prenderam os seus dirigentes, suspenderam todos os partidos políticos e instauraram a censura. O Presidente da DISK Bastürk Abdullah e o Secretário Geral Isiklar Fehmi, estão detidos desde o golpe na prisão de Davut Pasa. Centenas de dirigentes e militantes sindicais da DISK e dirigentes políticos encontram-se igualmente em Davut Pasa e na prisão de Metris. A outra confederação, a Turk-Is (filial da CISL) não foi dissolvida e coopera mesmo com os militares. O seu secretário-geral Sadik Side é hoje o ministro da Segurança social.

O golpe militar na Turquia tem que ver com os interesses económicos e financeiros em jogo mas também com a situação estratégica do país.



O Movimento Sindical na vanguarda da luta

URUGUAI

Território: 177 508 km². Clima temperado e com a maior parte do território coberto por pastagens naturais, propícias à criação de gado.

População: 2 910 000 habitantes em 1979. A maioria é de origem europeia. 6% de descendentes de escravos africanos. 81% dos habitantes vive nas cidades.

População activa: 1 099 000, donde cerca de 20% se dedica à agricultura, agricultura.

Saúde: 1 médico por cada 697 habitantes.

Analfabetismo: 6%.

Mereceu durante longos anos a designação de «Suíça da América», o país que agora vive mergulhado numa das mais sangrentas ditaduras que o mundo conhece.

Democracia parlamentar desde o século XIX, vê a sua situação agudizada quando, nos anos 60, os grandes monopólios e o FMI lhe impõem as suas receitas políticas. Organiza-se a resistência popular e em 1973 o latifundiário Bordaberry chefia um golpe de Estado apoiado pelo Pentágono norte-americano, dissolvendo o Parlamento e instaurando a ditadura. Como resposta, o povo uruguaio organiza então uma heróica greve geral de 15 dias.

A ruínosa política de ditadura tem obrigado a uma emigração e exílio maciços. O verdadeiro poder radica-se na Junta de oficiais gerais, que em 1976 substituíram Bordaberry por Aparicio Mendez.

A Junta sofreu uma esmagadora derrota na ano de 1980. Na verdade, as forças democráticas e patrióticas do Uruguai, unidas na Frente Ampla,

conseguem cada vez mais reunir vastos sectores da oposição na luta pelo derrube do regime. Um chamado «cronograma» da Junta que incluía entre outros um referendo para esse ano teve como resposta popular um rotundo NÃO nesse plebiscito organizado em Novembro.

Também a nível sindical se tem destacado o papel da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), prestigiada central sindical que, nas difíceis condições clandestinas, leva por diante as lutas operárias pelo progresso social e pela liberdade.

Perante o isolamento do regime, a Junta encarcera, espanca e assassina milhares de patriotas. São inúmeras as destacadas figuras públicas desaparecidas. Mas o Uruguai livre e democrático sairá vitorioso e porá termo à repressão, à tortura e ao fascismo.

(¹) Elaborado pelo Departamento Internacional da CGTP-IN. Bibliografia: Documentos da CGTP-IN; Guia do Terceiro Mundo



VIDRO É COVINA

UMA EMPRESA AO SERVIÇO
DA ECONOMIA NACIONAL



COVINA - COMPANHIA VIDREIRA NACIONAL, S.A.R.L.

MAGA- ZINE

DESPORTO



A propósito do Rali de Portugal

SER «O MELHOR DO MUNDO» — A POLÉMICA DAS VANTAGENS



O Rali de Portugal — Vinho do Porto, prova automobilística pontuável para o Campeonato do Mundo de Ralis, foi considerado nas últimas cinco épocas, pela Associação Mundial de Construtores de Automóveis (BPICA), a melhor organização do mundo. Tal

galardão não pode passar em claro no nosso país, sobretudo se se tiver em conta as repercussões internacionais advindas dessa distinção, com efeitos políticos, económicos e (porque não?...) sociais. As largas centenas de pessoas que ao longo de cada ano se deslocam a

Portugal, quer em preparação da prova, quer durante ela, são por si só um grande contingente de promoção publicitária do interesse turístico nacional.

Poder-se-á discutir qual o tipo de promoção turística, as características da massa anónima afectada a tais movimentações, o sinal político nela apostado. Contudo deverá ter-se o devido cuidado com as ilacções a extrair de actividades profundamente ligadas a poderosos sectores económicos, já que elas assumem grande interesse para tais formações, assim como para outras, de carácter económico mas de sinal contrário. Se é um facto que um maior desenvolvimento técnico tem sido atingido no mundo capitalista — falamos da indústria automóvel — não é menos verdade que hoje, em diversos países de regime socialista, o interesse pelas zonas económicas ligadas ao motorismo de competição atravessa um franco momento de desenvolvimento e expansão. A Checoslováquia tem grandes campeões do Mundo em motociclismo, a União Soviética prepara desde há alguns anos



o seu «fórmula» para poder aparecer em força na «alta rodada» dos circuitos, a Polónia, a Roménia, a Bulgária e a Jugoslávia têm tido os seus melhores pilotos incluídos na lista internacional de «prioritários», alguns dos quais já tivemos oportunidade de ver

em acção entre nós, exactamente através do Rali de Portugal. Ninguém pode ignorar que a maioria desses pilotos «prioritários», a Leste ou a Ocidente, regra geral em representação das fábricas construtoras, são verdadeiros técnicos, profundos

conhecedores da «máquina» que tripulam, atentos aos mais pequenos pormenores do comportamento mecânico, aptos a dar indicações de possíveis alterações e melhoramentos nos órgãos essenciais da viatura. Por este meio o automóvel atingiu já ➤

MAGA - ZINE

←←
o nível tecnológico de que o cidadão utente beneficia, independentemente do seu «credo»... O profundo desenvolvimento das suspensões, sistemas de travagem, alimentação, aerodinamismo, está na sequência directa da alta-competição. Como exemplo, ainda que distante da nossa observação directa, recorde-se a evolução por que têm passado os «aparelhos supersónicos» que conduziram americanos e soviéticos aos modelos que chegaram à Lua e continuam na descoberta dos «novos mundos». Sem dúvida que, subjacente ao maravilhoso espectáculo das máquinas em movimento e a todo o processo de intervenção tecnológica, está um «submundo» de interesses capitalistas, por vezes menos claros, que passam pela exploração desenfreada de quantos trabalham para a feitura do produto automóvel. Casos recentes, refiram-se, as tentativas de actividades motorizadas se enquadrem na burguesia endinheirada, sendo esta a que mais fácil acesso tem à participação, não é menos verdade que à competição está hoje

ligada um grande número de operários, entre mecânicos, preparadores, electricistas, pintores, bate-chapas e outros, estes sim, que dão forma ao apuro despedimento colectivo na Renault e na Fiat e todos os seus métodos repressivos de controlo de produção. Na fábrica francesa, por exemplo, somente graças a uma forte organização de trabalhadores em que a CGT está profundamente implantada, têm sido evitadas situações mais graves para os trabalhadores. Voltando ao Rali de Portugal, diremos que ele é hoje um espectáculo que suscita a curiosidade de toda a gente, à margem de convicções ou luta de classes. A variante está no sentido crítico de cada uma das partes. Conquanto os principais detentores do controlo das técnicas dos carros em prova. Daí que — em Portugal há diversos casos — alguns dos melhores pilotos ou preparadores tiveram os seus primeiros contactos com o automobilismo em equipas de assistência, antigos mecânicos que se tornaram estudiosos da matéria até ao apuro máximo. Também o argumento «estafado» de que o grande consumo de combustível, numa prova, traz prejuízo ao País, já hoje não



colhe, por um lado se pensarmos que apenas o voo de um «Jumbo» de uma carreira intercontinental consome mais que todos os carros em prova, dando também prejuízo caso não leve a lotação esgotada, conclui-se que se trata de uma «gota no oceano». Por outra perspectiva, como afirmou o responsável da equipa Ford durante a última edição do «Vinho do Porto», sobre a importância de um rali como este e com tal lote de presenças oficiais, «se os governos passassem bem as vantagens económicas de uma prova como o Rali de Portugal, ainda poderiam subsidiar o combustível consumido pelos

concorrentes... Uma tal afirmação, aparentemente exagerada, não deixa no entanto de realçar a importância para o desenvolvimento turístico, quer global, quer local. Muitas equipas de cinema e televisão estrangeiras e centenas de jornalistas credenciados levaram, além-fronteiras, imagens do pitoresco das regiões maravilhosas do interior do país, tendo certamente os elogios que as justificam, numa campanha promocional que objectivamente nos saiu de «bórla». E muita gente das populações mais distantes, em que o seu dia-a-dia é o trabalho, vem até à berma da estrada,



atraída pela curiosidade e o fascínio da técnica que não é do «seu mundo» (mas que na verdade é dos seus dias), sachola às costas, voltando em cada ano como que à romaria. Aos milhares, meninos de pele borbulhenta pelos alvares da barba misturam-se com o Povo trabalhador de cara tsnada pelo sol e mãos calosas pelo cabo da foice, da enxada ou do martelo, olhando os «bóildes» com horizontes diversos. É a festa do «melhor do Mundo». Do quadro que o rodeia, a noção de que a revolução tecnológica não pertence apenas a uns quantos e, esse sim, o espectáculo, é para todos.

Alvaro Esteves

sugestões
saborosas...
da TÉTÉ



MERENDA 1.º DE MAIO

Aproxima-se a grande festa dos trabalhadores! Da experiência que já temos deste magnífico dia de confraternização e unidade, sabemos que o mais prático é sairmos, de manhã bem cedo, de casa, com um farnel apetitoso e prático, que tenhamos preparado na véspera e... é assentar arraiais no local, aí nos deleitando com mais um dia de liberdade. Assim, sugiro-vos uma série de sandes, cuja variedade poderá ser directamente proporcional à vossa imaginação. As sugestões ficam, também para os piqueniques que se aproximam, pelo Verão adiante.

PÃO — pão escuro, às fatias ou, muito simplesmente, papo-seco.

PARA BARRAR
O PÃO — maionese, mostarda, ou então uma pasta deliciosa que se prepara com: 1 chouriço ao qual se retira a pele, picado na máquina e misturado, depois, com um pedaço de manteiga ou margarina (do tipo «Flora»).

RECHEIOS VEGETAIS — folhas de alface, fatias de

tomate, elementos indispensáveis para dar um toquezinho de frescura às sandes.

RECHEIOS VÁRIOS
— fiambre ou mortadela, frango cozido ou assado, ovo cozido, carne assada, atum, omeleta ou ovo mexido.

OUTRAS SUGESTÕES — se não pretender levar pão, sugiro que faça uma boa maionese com atum e pescada congelada cozida, ou então, em última

instância, recorra aos panados (perú, porco, vaca) e a uma boa salada, a temperar na altura. Se possível, inclua iogurte e algumas peças de fruta, tendo em conta sobretudo as crianças. As bebidas vendem-se no local. E com todas estas sugestões, estou certa de que irá passar um 1.º de Maio pleno de alegria, óptima disposição e... bom apetite!

MAGA- ZINE



TV.

As histórias da TV

Num breve artigo publicado há algumas semanas (também os artigos não se medem aos palmos), José Jorge Letria escreveu, a propósito de «Água Viva», qualquer coisa como isto: «nestas telenovelas brasileiras, só o povo não é colunável». Não sou capaz de imaginar melhor fórmula para caracterizar o essencial destas telenovelas que são, de há uns anos a esta parte, a espinha dorsal da Televisão portuguesa. E a observação de Letria serve ainda para denunciar as razões profundas da ternurinha que a RTP mantém pelas telenovelas: para uma Televisão que sempre se manteve, com notável firmeza, fiel às suas origens (pois, como se sabe, nasceu do cruzamento entre o fascismo português,

bota-de-elástico e provinciano, e a capacidade americana para exportar tele-hipnose), ter encontrado um produto que se mostra capaz de preencher, em milhões de telespectadores, a instintiva necessidade de ouvir histórias e «correr Mundo» no trote mágico da imaginação, sem correr o risco de, na primeira esquina, dar de caras com a força do povo, é um bem inestimável. Dir-se-á que, por vezes, nas telenovelas gente do povo assoma por um postigo ou vem mesmo até ao centro da acção. É verdade, mas só até um certo ponto, e a um ponto que não é minimamente satisfatório. Xepa seria do povo, mas não foi como mulher do povo que se projectou como

heroína de telenovela, mas sim na qualidade supostamente desgarrada das classes e dos tempos que é a de mãe estremeza. E Xepa foi o máximo que se viu consentido nas telenovelas posteriores a «Gabriela». O que nunca nelas apareceu, nem remotamente, foi o operário metalúrgico disposto à greve para recusar a fome, foi o retirante do Nordeste a sonhar com uma nesga de terra, foi o pequeno empregado de escritório na grande cidade a descobrir — simultaneamente pelos livros e pela experiência quotidiana — que é urgente e possível transformar a vida. O que nunca se viu foi um sinal, mesmo remoto, da repressão policial de que o actor Mário Lago, o admirável «Atílio» de

«O Casarão» e «Alberico» de «Dancing-Days» deu testemunho pessoal no seu livro «Memórias do Sol Quadrado». Nem nenhum personagem de telenovela foi sequer alguma vez impressionado pelos crimes do «Esquadrão da Morte». E, contudo, bem se sabe que, num certo sentido, são dramaticamente «colunáveis» os metalúrgicos, os

retirantes, os presos políticos, as vítimas do «Esquadrão».

«Dallas»: uma publicidade como nunca

Estes são, pois, os limites estreitos das telenovelas brasileiras. Agora, porém, parece estar na rampa de intenso lançamento publicitário a série americana «Dallas». Curiosamente, às redacções dos jornais chegam informações abundantes que diversas agências veiculam acerca da série, dos actores que nela participam, dos êxitos que tem obtido. «Dallas» esteve quase três anos em transmissão consecutiva na própria América, desdobrada por sucessivas séries de episódios. Na Grã-Bretanha, diz-se que o Parlamento chegou a deslocar o seu

horário para que os deputados não perdessem episódios decisivos — o que, aliás, não deve passar de mais um exagero dos publicitários, pois não consta que tenha descido tão baixo o nível da democracia inglesa nem que se tenha fixado tão longe a indigência mental dos seus representantes. Quanto aos actores intervenientes, e sobretudo às actrizes, relata-se tudo, incluindo as vezes em que fizeram ou não fizeram cinema pornográfico e as dimensões exactas do seu slip predilecto. Trata-se, sem dúvida, de uma enorme campanha de promoção publicitária que pretende convencer-nos de que «Dallas» é uma obra sensacional, que nela até os deputados



britânicos se enlevam, e que, por isso, todos devemos entrar numa de «Dallasmania» se não quisermos passar por parvos. O pior, porém, é que «Dallas» não presta. Ou presta pouco, se preferirem. Já lá vai um bom punhado de episódios e tudo continua a resumir-se a uma complicada tecitura feita dos sentimentos doentios de um punhado de pessoas que, pelos vistos, nos Estados Unidos fazem figura de ser a «gente fina» da terra. Não há ali, ao menos, vestígios de uma universalidade que possa ultrapassar o clima irrespirável de uma América insalubre até ao nível dos sentimentos. Não tem o significado histórico de «A Família Buddenbrook» nem a humanidade profunda de muitas produções inglesas (veja-se, por exemplo, a série de narrativas transmitidas sob o título comum de «Romance», na RTP 2). E não tem, já se vê, a utilidade social, a capacidade de ensinar a vida a valer, que é a de «Malu, Mulher», cuidadosamente escondida das vistas indiscretas na RTP 2. Como bem se compreende. Não vá o telespectador lembrar-se, diante da TV, de que existe uma vida autêntica. Que é também a dele.

CORREIA DA FONSECA



O TOURO ENRAIVECIDO

de MARTIN SCORSESE

(EUA, 1980)

com Robert De Niro (Jack La Motta), Cathy Moriarty (Vickie La Motta), Joe Pesci (Joey), etc.

Se «nem tudo o que luz é ouro», os óscares atribuídos anualmente pela Academia de Hollywood, sendo embora estatuetas douradas, não correspondem muitas vezes aos trabalhos de maior qualidade presentes a concurso. Isso tornou-se particularmente flagrante este ano, com a atribuição do prémio para a melhor realização/melhor filme (americano) a «Gente Vulgar», um filme... vulgar, do estreador Robert Redford: em detrimento de, por exemplo, «O Touro Enraivcido», obra plenamente amadurecida, de invulgar qualidade artística e técnica, que apenas recebeu

os óscares para o melhor actor principal (um Robert De Niro inexcelsível) e para a melhor montagem, mas ficará com grande relevo na história do cinema. «O Touro Enraivcido» aborda a vida do boxeur italo-americano Jack La Motta; é uma abordagem, em retrospectiva, do percurso deste homem, ao longo dos anos 40/50, desde candidato a campeão até ao declínio, com uma efémera passagem pelo título; desde Bronx/New York City até aos clubes nocturnos de Los Angeles, onde foi a tracção, com passagem pela prisão, pelo fundo da revolta e da amargura, a acumular,



MAGA- ZINE

conjuntamente, angústia e quilos de gordura (1). Não se trata de mais um filme sobre o mundo do boxe (embora também o seja) mas sobretudo duma denúncia ácida, violenta, na linguagem fílmica justa (incluindo a utilização do preto e branco nas imagens dum mundo realmente negro, a evocar também os filmes da época a que se reporta a acção). Denúncia não só dum sub-mundo, mas implicitamente dum sistema, duma sociedade.

A violência em "O Touro Enraivecido" é a duma sociedade sobre um indivíduo, mais precisamente indivíduo duma comunidade marginalizada como a italo-americana; é a violência da competição a que esse mesmo indivíduo é compelido com vista à vitória (vencer no ringue, vencer na vida; vencer para não ser vencido) (2); é também, portanto, a violência que o indivíduo interioriza e projecta sobre os outros (o adversário, a mulher, o irmão, os impossíveis amigos), num comportamento patologicamente agressivo que traduz os seus medos, insegurança, raiva, impotência. La Motta é a imagem mesma do desenvolvimento

dum processo mórbido (desconfiança permanente, ciúmes conjugais doentios, "mania de perseguição"), a dado momento do qual, abandonado por todos, na maior solidão, ele acaba por confrontar-se lucidamente consigo próprio; então inicia-se um outro processo, este de consciencialização/ /auto-recuperação, patente aliás na produção escrita das suas memórias, em que se baseia o argumento do filme.

ELISABETE FRANÇA

(1) O protagonista engordou, para o efeito, cerca de 25 kg.

(2) Scorsese, ele próprio descendente de imigrantes italianos, guarda na memória esta imagem do quotidiano na "Little Italy" de N. Iorque: "Havia sempre sangue nas ruas, víamos a luta (briga) como resposta para a maior parte dos problemas".

E. F



Ainda o «Kilas»

«Kilas, o mau da fita», recordista português de bilheteira dos últimos 20 anos, veio mostrar que, apesar das grandes dificuldades e limitações impostas aos cineastas portugueses (e à generalidade dos trabalhadores do sector), não só é possível em Portugal fazer bom cinema (o que já estava provado), como ainda é possível ganhar o espectador habitualmente afastado do cinema nacional. «Kilas» tem interpretações de Mário Viegas (o Kilas), Lia Gama (Pepsi Rita), Luis Lello, Milú, Paula Guedes, Francisco Pestana e Adelaide Ferreira, entre outros. A música é de Sérgio Godinho. A continuação o sucesso que se tem registado, prevê-se que o filme de Fonseca e Costa ainda se mantenha em cartaz quando este número da Alavanca chegar ao leitor (à leitora); se não viu ainda, não perca. E muita atenção a «Cerromaior», de Luis Filipe Rocha, Grande Prémio do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, cuja estreia se anuncia para breve: indispensável ver!

ROTEIRO DA QUALIDADE*

Filmes	David Lopes	Elisabete França	José de M. Cruz	Machado da Luz	Média
A. CULPA — A. Vitorino de Almeida	—	1	3	—	INTERESSANTE
GENTE VULGAR — Robert Redford	—	2	2	—	INTERESSANTE BOM
KILAS — J. Fons. e Costa	3	3	4	2	
O TAMBOR — Volker Schlöndorff	3	4	4	—	EXCEPCIONAL
O TOURO ENRAIVECIDO — M. Scorsese	4	4	4	4	EXCEPCIONAL
O ÚLTIMO METRO — F. Truffaut	3	4	4	3	EXCEPCIONAL

* MAU — 0; MEDIÓCRE — 1; INTERESSANTE — 2; BOM — 3; EXCEPCIONAL — 4



CITUS

Férias
Viagens
Turismo



Portugal

cooperativa intersindical de turismo social

Av. da Liberdade, 73, 3.º-Dt.º - 1200 LISBOA-PORTUGAL-Telef. 3643 03/ 32 06 38/ 32 05 56-Telex 15451-CITUS P



PRIMEIRO DE MAIO

Saí neste Primeiro de Maio!
Glória ao Homem fecundo!
Transbordai nesta Primavera!
Verdes campos, cantai!
Ressoai, apitos e sirenes!
Eu sou de ferro,
este Maio é meu!
Eu sou de terra,
este Maio é meu!

MAIAKOVSKY

(extracto do poema "Primeiro de Maio")